

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Magali Cristina Reis

**PROGRAMA ESTRUTURANTE EMANCIPAR – RS
NO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS – RS**

Porto Alegre

2012

Magali Cristina Reis

**PROGRAMA ESTRUTURANTE EMANCIPAR – RS
NO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS – RS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Prof. Ms. Cynthia Castiel Menda

Porto Alegre

2012

Magali Cristina Reis

**PROGRAMA ESTRUTURANTE EMANCIPAR – RS
NO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS – RS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em 04 de maio de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Andrea Wander Bonamigo

Professora Sueli Maria Goulart Silva

DEDICATÓRIA

Alguém já disse que “a gratidão é a lembrança do coração”. Faz sentido.

Ao longo de nossas vidas sempre aparecem “anjos da guarda” que nos ajudam, e sem os quais nossos objetivos seriam muito difíceis de alcançar, ou seriam até inatingíveis. Por isso essa parte do trabalho é tão especial. Quero aqui expressar de coração o meu agradecimento especial ao então Coordenador Estadual do Programa Estruturante Emancipar – RS *Sr. João Renato Toniazzo*.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me permitiu desenvolver a vocação de Assistente Social concedendo-me sabedoria e serenidade para realizar este trabalho, ocupando em mim um lugar importante, intensamente presente em tudo que faço, principalmente nos momentos de dificuldades, quando penso em encontrar-me só.

À minha família, que sempre está ao meu lado, dando-me força e apoio, incentivando-me a prosseguir. A vocês, meu agradecimento em especial.

Aos colegas, que ao longo do caminho se fazem presentes através do apoio, estímulo, motivação, conselhos e troca de experiências que transformam vidas. A vocês, o meu reconhecimento.

Amigos são dádivas do Criador, pois com eles dividimos nossas frustrações e desencantos. Fortalecem-nos nas fraquezas e ajudam a enfrentar nossos medos. Dividem conosco o peso dos ombros e a carga da alma. Fazem-nos prosseguir como o vento soprando a nuvem. Com vocês, quero partilhar também este momento especial.

À orientadora deste trabalho Professora Mestre Cynthia Castiel Menda, pela compreensão frente às minhas fragilidades e o tempo a mim dedicado no decorrer do semestre, buscando melhorar cada vez mais o trabalho desenvolvido.

Às famílias, a minha gratidão; que na sua humildade sabedoria trocam suas experiências nobres, participando assim, da minha formação profissional e humana. Com elas: *“descobri como é bom chegar quando se tem paciência e para chegar onde quer que seja, aprendi que não é preciso dominar a força, mas a razão. É preciso, antes de mais nada, querer”* (Amyr Klink).

"O ser humano vivencia a si mesmo, seus pensamentos, como algo separado do resto do universo numa espécie de ilusão de óptica de sua consciência. E essa ilusão é um tipo de prisão que nos restringe a nossos desejos pessoais, conceitos e ao afeto apenas pelas pessoas mais próximas.

Nossa principal tarefa é a de nos livrarmos dessa prisão ampliando nosso círculo de compaixão para que ele abranja todos os seres vivos e toda a natureza em sua beleza.

"Ninguém conseguirá atingir completamente este objetivo, mas, lutar pela sua realização, já é por si só parte de nossa libertação e o alicerce de nossa segurança interior."

Albert Einstein

RESUMO

No presente trabalho, fez-se um relatório de intervenção do Programa Estruturante Emancipar – RS e contou com a presença, do início ao fim do programa, da Assistente Social do município em foco. A intervenção teve como objeto de estudo, avaliar o impacto do Programa Estruturante Emancipar – RS, no Bairro Frei Olimpio, Município de Três Passos, no Estado do Rio Grande do Sul, em relação às políticas públicas direcionadas a programas sociais e transferência de renda. A pesquisa do referido estudo teve enfoque quantitativo, sendo que os resultados apontam que muitas das famílias, mesmo tendo participado das ações desenvolvidas pelo Programa Estruturante Emancipar – RS, continuam, de alguma forma, na dependência de políticas sociais e de renda. Constatou-se que a falta de moradia é uma das formas como a exclusão social se revela, reflexo das condições de saúde, de segurança, de lazer, de educação, de trabalho e renda. Portanto, a política habitacional deve fazer parte de um conjunto de ações que contribuem para atender às necessidades fundamentais das famílias, garantindo o acesso aos serviços básicos e de direito. Este estudo indica que a transformação social é possível mediante a implantação de políticas públicas intersetoriais, inter e multidisciplinares, gestores e técnicos sensibilizados e capazes de interagir com o contexto das famílias em situação de vulnerabilidade social. As dificuldades manifestadas pelas famílias em aderir ao programa de ações com o propósito de alcançar a cidadania, por meio do trabalho, emprego, saúde e renda demonstra um comportamento social, historicamente, centrado em ações sociais baseadas no atendimento das necessidades imediatas. As famílias, não escolhem morar em áreas de risco, assim como não se tornam, socialmente, vulneráveis por desejo, mas por não poder lançar mão de alternativa melhor de habitação. Para que consigam sair da situação de exclusão é necessário investir em políticas públicas capazes de garantir, em todo o processo, a co-responsabilidade entre autores sociais, a intersetorialidade, a inter e multidisciplinaridade como forma de consagrar uma cidadania capaz de proporcionar a emancipação.

Palavras-Chave: Emancipação Social; Habitação Popular; Políticas Públicas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população urbana e rural no Brasil	17
Tabela 2 – Dificuldades apresentadas nas em diversas dimensões	22
Tabela 3 – Empreendedorismo empresarial x empreendedorismo social	24
Tabela 4 – Projetos e ações desenvolvidas	27

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Analfabetismo no Brasil	21
Gráfico 2 – Gênero dos Respondentes	38
Gráfico 3 – Idade dos entrevistados.....	39
Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos entrevistados.....	40
Gráfico 5 – Profissão dos entrevistados (2009).....	41
Gráfico 6 – Profissão dos entrevistados (2011).....	41
Gráfico 7 – Estado Civil dos entrevistados (2009).....	42
Gráfico 8 – Número de pessoas que compõem o grupo familiar	43
Gráfico 9 – Renda Familiar (2009).....	44
Gráfico 10 – Renda Familiar (2011).....	44
Gráfico 11 – Número de famílias que recebem o Bolsa Família.....	45
Gráfico 12 – Despesas mensais do grupo familiar (2009).....	46
Gráfico 13 – Despesas mensais do grupo familiar (2011).....	47
Gráfico 14 – Tipo de moradia (2009)	47
Gráfico 15 – Tipo de moradia (2011)	48
Gráfico 16 – Número de cômodos na casa (2009)	49

Gráfico 17 – Número de cômodos na casa (2011)	49
Gráfico 18 – Abastecimento de energia elétrica (2009)	50
Gráfico 19 – Abastecimento de energia elétrica (2011)	50
Gráfico 20 – Abastecimento de água (2009)	51
Gráfico 21 – Abastecimento de água (2011)	52
Gráfico 22 – Destino do lixo (2009).....	52
Gráfico 23 – Destino do lixo (2011).....	53
Gráfico 24 – Avaliação comparativa 2009 a 2011	54
Gráfico 25 – Avaliação das ações em 2009.....	55
Gráfico 26 – Avaliação das ações em 2011	56
Gráfico 27 – Avaliação das ações distribuídas em projetos	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 QUADRO TEÓRICO	13
2.1 Programa Emancipar – RS e a Proteção Social	13
2.2 Contextualização da habitação popular no Brasil	16
2.3 Emancipação Social	19
3 DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO	25
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
4.1 Objetivos da Pesquisa	36
4.2 Instrumento de Coleta de Dados	36
4.3 Análise dos Dados.....	38
4.3.1 Perfil Socioeconômico das famílias entrevistadas:.....	38
4.3.2 Política de Habitação das famílias entrevistadas	47
4.3.3 Contribuição das políticas públicas	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
ANEXOS	66
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	66
ANEXO B – FORMULÁRIO DE PESQUISA.....	67
ANEXO C – FORMULÁRIO DE PESQUISA PARA OS GESTORES MUNICIPAIS	70
ANEXO D – IMAGEM AÉREA DO BAIRRO FREI OLÍMPIO	72
ANEXO E – FOTOS DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS.....	73

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é uma exigência do curso de Especialização em Gestão Municipal – Modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de especialista. O estudo está vinculado à linha de pesquisa: Políticas Públicas, Proteção Básica e Direitos Fundamentais. O objetivo principal, deste estudo, centrou-se em analisar o Programa Estruturante Emancipar – RS no Município de Três Passos – RS.

O interesse em abordar o tema deu-se através da intervenção junto ao Programa, desde sua implantação, bem como a execução, em que se percebeu que, mesmo após serem incluídas no programa, que objetivava emancipá-las de políticas públicas existentes e de políticas de transferências de rendas, estas famílias continuam de certa forma dependente do governo.

O Programa Estruturante Emancipar – RS surgiu no ano de 2007, através do Governo do Estado, como uma proposta para contribuir na diminuição da vulnerabilidade social, como estratégia assumida no combate à pobreza e à desigualdade, na promoção da emancipação, de forma organizada, buscando potencializar as forças vivas de cada comunidade em um esforço comum, com o principal objetivo de criar uma nova condição para as famílias que participaram do programa. Neste trabalho, foi analisado o impacto em relação à “emancipação social” destas famílias, nessa comunidade, proporcionando condições para que pudessem articular seu próprio desenvolvimento, beneficiando-se das políticas públicas como alavancas para seu fortalecimento e valorização.

Diante do exposto, percebeu-se a necessidade de avaliar o programa, as falhas cometidas, os acertos, pois habitar não é somente ter um teto para morar, mas sim, ter acesso digno à moradia adequada, saúde, educação, alimentação de qualidade, cultura, lazer, emprego, qualificação, fatores, extremamente, existenciais para o desenvolvimento humano.

Para se analisar melhor a categoria norteadora deste estudo, fez-se necessário conceituar e refletir sobre Proteção Social, Políticas Públicas e Emancipação, analisando-as num contexto histórico.

O quadro teórico divide-se nos seguintes temas: Programa Emancipar – RS e Proteção Social, elucidando o Programa e os critérios utilizados dentro da proteção social,

bem como um breve histórico da habitação popular no Brasil. Trabalhou-se ainda a emancipação social, bem como as dimensões do Programa Emancipar – RS: qualificação educacional e profissional; crédito e empreendedorismo; e valorização das pessoas.

No terceiro capítulo é relatada a descrição da intervenção, o Programa Estruturante Emancipar – RS, descrevendo sua implantação no Município de Três Passos/RS, bem como as ações desenvolvidas, a pesquisa realizada, a metodologia usada para a pesquisa e a análise dos dados.

Para finalizar o relatório de intervenção, apresentam-se as considerações e recomendações da pós-graduanda, autora deste trabalho. Finalizando com as referências utilizadas e os anexos.

2 QUADRO TEÓRICO

2.1 Programa Emancipar – RS e a Proteção Social

O Programa Estruturante Emancipar – RS nasceu no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2007. Tem como desafio, segundo o Manual Articulador (2008), contribuir para a diminuição da vulnerabilidade social, de forma articulada, organizada; buscando potencializar as forças vivas de cada comunidade em um esforço comum, sendo um programa estruturante do Governo Estadual, articulado pela Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social e Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social.

O seu maior objetivo foi prover a emancipação das famílias beneficiadas, e ainda, segundo o Manual do Articulador (2008, p. 1), [...] a emancipação social destas comunidades, proporcionando condições para que possam articular seu próprio desenvolvimento, beneficiando-se das políticas públicas como alavancas para seu fortalecimento e valorização.

A primeira fase do Programa desenvolveu-se através da seleção de cinquenta municípios. A escolha desses municípios ocorreu através da análise de um conjunto de indicadores que buscava identificar os municípios com maiores índices de vulnerabilidade social no Estado do Rio Grande do Sul.

Os indicadores utilizados foram os seguintes:

- Número de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- Déficit habitacional 2000 (FEE)
- Pobreza 2000 (IBGE)
- IDH 2000 (FEE)
- IDESE 2003 (FEE)

Dentro deste contexto de desnivelamento social e necessidade de promover o desenvolvimento de forma sustentável e integrada, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul buscou promover e articular ações, especialmente, orientadas para suas regiões mais vulneráveis. Ações com caráter emancipatório e que fortalecessem comunidades localizadas nessas regiões, estimulando a articulação local e fazendo com que as políticas públicas

dirigidas para estas comunidades fossem potencializadas e potencializadoras de um modelo de desenvolvimento sustentável, ao invés de perpetuar sua condição de pobreza e dependência.

O referido Programa trabalhou cinco dimensões: a política de proteção social, visando a territorialização, a intersetorialidade e a participação. Outra dimensão foi a de habitação popular; a qualificação educacional e profissional; o crédito e empreendedorismo e a valorização das pessoas.

Para se trabalhar cada um desses eixos, segundo o Manual do Articulador (2008, p. 1) o Programa partiu de um caráter de entendimento:

[...] de que as condições de vida da população são determinadas por múltiplos fatores de natureza econômica, cultural, social e política, buscou-se a definição de categorias que possibilitem a construção de indicadores para a sua operacionalização, bem como para o balizamento de suas ações, avaliando o impacto pretendido.

É nesse campo da proteção social das famílias beneficiárias, que a assistência social realizou a intervenção, mediante ações, projetos e programas que tentaram promover estratégias para a garantia da sobrevivência de rendimento e de autonomia das famílias, como também de acolhida e convívio, garantida hoje pela Política Nacional de Assistência Social, que situa a Assistência como Proteção Social não contributiva, direcionada a proteger os cidadãos contra riscos sociais inerentes aos ciclos de vida e para o atendimento de necessidades individuais ou sociais. Foi nesse sentido de proteção não contributiva que o Programa Emancipar permitiu o acesso às famílias o direito à habitação e aos demais direitos sociais.

Corroborando Joccoud (2007), que remete sobre proteção social, define como sendo um conjunto de iniciativas públicas ou, estatalmente, reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais, visando enfrentar situações de risco social ou de privações sociais.

Ainda a Política Nacional de Assistência Social, dentro da proteção social, traz a intersetorialidade que:

[...] deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica ou especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. Supõe a implementação de programas e serviços integrados e a superação da fragilização da atenção pública às necessidades sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais (COUTO, 2010, p. 39).

A NOB/SUAS (2010) coloca que foi sob esta ótica que o Programa Emancipar – RS desenvolveu o seu trabalho. Trabalhando em conjunto com os demais setores do órgão

público no intuito de prevenir as situações de riscos, por meio de potencialidades, aquisições e fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários, destinando-se a populações que vivem em situações de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social.

Outro elemento central constituinte do Programa recaiu sobre a territorialidade que consiste, segundo a NOB/SUAS (2010, p. 17) o princípio da:

[...] “territorialização” significa a necessária compreensão da dinâmica presente nos espaços territoriais e seus determinantes para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. O princípio da territorialização possibilita orientar a proteção social de Assistência Social [...]

Parafraseando Couto (2010), a abordagem territorial, implica no tratamento da cidade e de seus territórios como base de organização do sistema de proteção social básica ou especial, próximo ao cidadão, protegendo-os contra riscos sociais inerentes aos ciclos de vida e para o atendimento de necessidades individuais ou sociais.

Segundo o Manual do Articulador (2008), a territorialidade constitui-se como aproximação entre famílias e indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza no lócus, onde desenvolvem seus laços de pertencimento e no local, no qual se estabelecem as relações e dinâmicas que demandam intervenção do Estado através das políticas públicas, em parceria com a sociedade civil.

O território vem sendo um elemento importante, abordado em diversas experiências, não apenas sob o ponto de vista do Estado, mas também da sociedade. Esta perspectiva fomenta, também, o debate sobre a inclusão social, a cidadania, a democratização das informações e a participação dos cidadãos na vida da cidade. Pois para Koga (2006), o território, para além da dimensão física, implica as relações construídas pelos homens que nele vivem. Na perspectiva da autora, incorporar a dimensão territorial na formulação e implementação de políticas públicas implica, necessariamente, manejar as potencialidades ativas dos territórios na constituição de processos e relações sociais e de poder.

A categoria participação, também, assume importância neste cenário, tendo em vista que o programa utiliza-se de metodologia participativa de planejamento, porque:

[...] a participação constitui um pressuposto decisivo para o fortalecimento das instituições democráticas e das organizações sociais, pois propicia à população possibilidades de se pronunciar e de ser incluída nos processos políticos. Torna-se necessário buscar formas alternativas de participação política, com objetivo de alcançar uma cidadania ativa e efetiva (AMORIM, 2007, p. 369).

A participação é uma forma de garantir os direitos, tanto políticos como sociais, garantindo melhoria das condições de vida da população que está sendo beneficiada.

De acordo com Benevides, apud Soares e Gondim (1998, p. 75), “a própria Constituição de 1988 incorporou o princípio da participação popular direta na administração pública e ampliou a cidadania política, estabelecendo vários mecanismos de reforços a iniciativas populares”.

A participação social é instrumento de eficácia da gestão pública e do aperfeiçoamento contínuo das políticas e serviços públicos. Pressupõe a convergência de propósitos, a resolução de conflitos, o aperfeiçoamento da convivência social, a transparência dos processos decisórios e o foco no interesse da coletividade.

Compreendido a proteção social, pretende-se no próximo item trabalhar a habitação popular no Brasil, num breve resgate histórico no Brasil.

2.2 Contextualização da habitação popular no Brasil

Todas as pessoas têm direito a um lugar adequado para viver, um direito previsto em lei, no artigo 6º da Constituição Federal (1988), que preconiza o direito à moradia, bem como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, direito fundamental desde 1948.

Moradia digna, segura e confortável, vinculada a outros direitos humanos, pois sem um lugar adequado para se viver, é difícil manter a educação, o emprego, a saúde fica precária e a participação social fica impedida. Apesar da centralidade da habitação na vida das pessoas, poucos direitos humanos têm sido tão, frequentemente, violados quanto o direito à moradia. A moradia é uma função social do Estado, pois representa para o cidadão a materialização de um direito básico do ser humano.

No período político, econômico e cultural durante a ditadura de Vargas (1930-1945), o tema da habitação social, surge com grande predominância. Nesse período, todas as questões econômicas eram preocupações do poder público e das entidades empresariais, comprometidas com o desenvolvimento nacional. O problema da moradia surgiu como aspecto decisivo das condições de vida do operariado, pelo fato de absorver porcentagem significativa dos salários e influenciar no modo de vida e na formação ideológica dos trabalhadores. Neste período, a

[...] questão sanitária passou a segundo plano nos debates sobre a habitação social, surgindo novos temas, condizentes com o projeto nacional-desenvolvimentista da era Vargas. Primeiro, a habitação vista como condição básica de reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia de industrialização do país segundo, a habitação como elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador-patrão que o regime queria forjar, como sua principal base de sustentação política (BONDUKI, 1998, p. 73).

Em decorrência disso, houve um grande aumento do êxodo rural, conforme mostra a tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Evolução da população urbana e rural no Brasil

ANOS	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
1940	31,2	68,8
1950	36,2	63,8
1960	45,4	54,6
1970	55,9	44,1
1980	67,7	32,4
1990	74,8	24,5

Fonte: Dados do IBGE (1990)

Segundo Botega (2007), entre as décadas de 1940 e 1960, a política de habitação, mais especificamente, da aquisição da casa própria, consistia na oferta de crédito imobiliário pelas Caixas Econômicas e pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) ou por bancos incorporadores imobiliários. Ainda em 1942, foi aprovada a primeira Lei do inquilinato que congelou o valor dos aluguéis até 1964. Após a tomada do poder pelo Regime Militar, em 1964, frente às necessidades de maiores investimentos habitacionais, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). O novo regime militar estava interessado em aumentar sua popularidade, concentrando o projeto de política urbana na questão habitacional.

Nos anos de 70 e 80, o capitalismo selvagem contribuiu com o surgimento no campo dos acampamentos, assentamentos e das áreas de ocupação por trabalhadores famintos, expulsos dos latifúndios ou pela perda de suas pequenas propriedades. Ainda de acordo com Gohn (2003), em contraposição, na vida no campo, nas primeiras décadas do século XX, encontrávamos os pequenos produtores, os camponeses de uma forma geral, ou os colonos das fazendas de café. Ressalta ainda, que as condições de exploração sempre estiveram presentes, porém antes havia espaços para alguns setores terem chance de uma vida digna, a partir do cultivo de um pedaço de terra próprio.

Assim, o empobrecimento acentua-se e o trabalho diminui, aumentando, acirradamente, o número de favelas já existentes em vários lugares do Brasil.

É também nesse período que surgem, na maior parte do país, movimentos populares, reivindicando melhorias de água, luz e esgoto, lutando pelo direito à moradia, bem como questionando a política habitacional brasileira. Silva (1989) diz que nessa nova conjuntura, as pressões populares passam a tratar o direito à moradia no contexto de cidadania, dando maior ênfase à sua função social, no atendimento aos segmentos populacionais de mais baixa renda.

Ainda segundo Silva (1989), nos anos 80, as formas de luta tornaram-se mais amplas, surgindo organizações de moradores de cortiços, movimentos de mutirões comunitários e movimentos de moradores de habitações populares precárias, construídas pelos poderes públicos. Neste período, o Movimento das Favelas mobiliza-se e reivindica ações imediatas, como água e luz, e o direito das terras onde essa população foi morar.

Parafraseando Gohn (2003), as lutas se estruturam, ganham assessorias externas específicas, compostas por grupos de profissionais, em especial nas áreas do Direito e da Arquitetura e Engenharia, organizadas em ONGs. Portanto, não foram apenas indivíduos isolados ou entidades tradicionais no campo da Assistência Social, como nos anos de 50 a 70, que atuaram junto aos movimentos de moradia nos anos 1980, mas grupos com perfil ideológico-partidário demarcados.

É nesse período que surge uma das nossas maiores conquistas inscritas em lei, a Constituição Federal de 1988, que vem garantir, um direito mínimo que é o direito à moradia. Posterior a isso, foi criado no governo de Collor, o Ministério da Ação Social, que estava subordinada à Secretaria de Habitação e Saneamento Básico. Também foi criado o Ministério de Política Fundiária e ainda mais adiante, podemos então citar, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério das Cidades, resultado de todo um processo de reivindicações da população por melhores condições de moradia, onde esta se tornaria uma política pública. O Ministério da Cidade tem por objetivo, universalizar o direito à cidade pela garantia do acesso da população à habitação digna, saneamento ambiental e mobilidade, respaldada pela Constituição de 1988, que remete ao uso e a ocupação do solo.

Conforme expõe Dornelles (2000), habitar, não é ter casa, é ter onde morar com dignidade, alimentação, saúde, transporte, emprego, educação, cultura e lazer. Habitar é qualidade de vida e pleno exercício de cidadania. Neste sentido, a questão de moradia no Brasil, tem sido objeto de reflexão e de estudos, mas, fundamentalmente, se constitui o motivo de muitas lutas, daqueles que alimentam a esperança de um dia morar com dignidade, tendo para isso que enfrentar e confrontar-se com os grandes interesses e a selvageria do capital que estão na base dessa luta, bem como com o Estado, que pressionado e submisso a

este mesmo interesse, se situa no centro desse conflito, tentando solucionar as demandas populares por moradias.

É neste sentido que se coloca a importância que aqui se faz retratar breve e, sucintamente, a história da habitação no Brasil, para poder entender um pouco de sua complexidade enquanto política pública. Inicia-se agora a questão fundamental de que trata o objetivo norteador do Programa Emancipar – RS – a Emancipação Social que, segundo o programa, ocorreria segundo as dimensões: qualificação educacional e profissional; crédito e empreendedorismo; e valorização das pessoas, elencadas a seguir.

2.3 Emancipação Social

O Programa Estruturante Emancipar – RS trabalhou, em seu contexto, a superação da vulnerabilidade social, através de políticas públicas de habitação, assistência social, educação, entre outras. Um dos seus objetivos, neste capítulo aqui será retratado, é a importância da emancipação das famílias através, principalmente, da qualificação profissional e educacional, bem como sua própria valorização. Concomitante, foi trabalhado, no Programa, o crédito e empreendedorismo que também será abordado.

Nas últimas décadas, o Estado vem criando estratégias para superar a pobreza, através de políticas sociais públicas, aumentando a cobertura e inovando com programas de transferências de renda a expressivas parcelas da população, da territorialidade como critério e da emancipação como finalidade.

A emancipação social, em seu contexto histórico, está ligada à emancipação da humanidade, segundo Marques (2006), a emancipação humana surge do pensamento Iluminista e posterior da modernidade. Foi com a modernidade que surgiu o conjunto de promessas de caráter emancipatório de toda a humanidade, cuja crença na racionalidade e na ciência abriria os caminhos para um futuro de liberdade para os homens, ou seja, o desenvolvimento de formas racionais de organização social prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição e do uso arbitrário do poder.

Ainda, segundo Marques (2006), com a Revolução Francesa, o que deveria ser emancipatório não ocorreu. Negado a humanidade, a igualdade, a liberdade e a fraternidade, substituídas por individualidade e privilegiando, somente, os interesses da burguesia, a emancipação humana tornou-se uma promessa não cumprida da modernidade.

Para Mark, apud Hervei (2005), portanto, emancipação é um vir-a-ser necessário que conduz à libertação de todos os homens, através do reconhecimento do reino da liberdade (afirmação como sujeito e minimização como objeto), como marco dos homens em seu processo de superação da condição alienada e alienante da sociedade capitalista. Ou seja, enquanto a concepção liberal trata de indivíduos abstratos, o marxismo identifica sujeitos concretos.

Há, portanto, no marxismo uma relação direta entre liberdade e emancipação, pois, para Marx, a emancipação se dá quando vão sendo eliminados os obstáculos à liberdade, pela associação entre homens e mulheres capazes de transformar sua força social em força política.

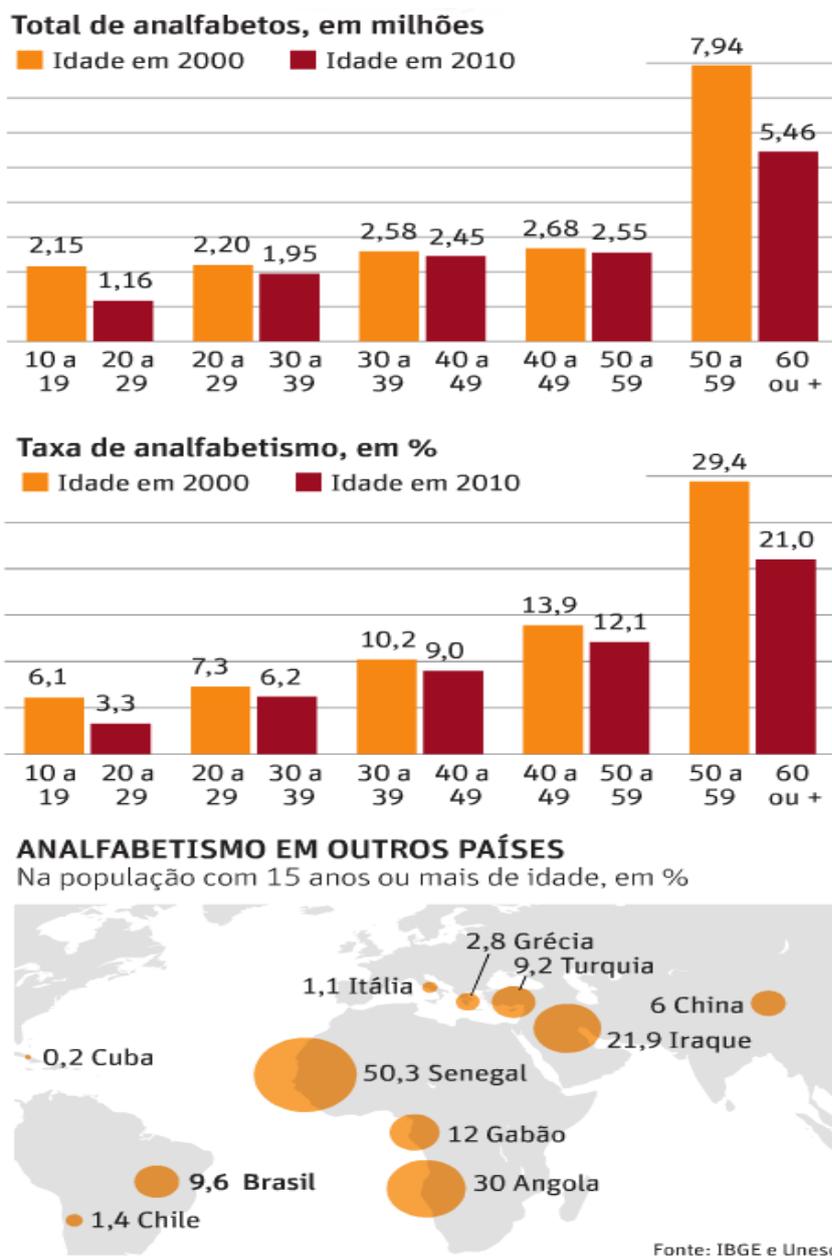
Feito, brevemente, um resgate sobre emancipação, podemos salientar que:

A superação emancipatória da pobreza requer o reconhecimento da dimensão estrutural e do caráter multidimensional da produção da pobreza, assim como de suas formas de superação. Políticas compensatórias são imprescindíveis para amenizar as expressões da questão social, mas precisam estar conectadas com uma concepção e com procedimentos capazes de atribuir sustentabilidade às ações (FERRARINI, 2011, p. 3).

Para que essa superação da pobreza aconteça, bem como essa emancipação social, o Programa Estruturante Emancipar – RS trabalhou com as 120 famílias beneficiadas. Seguindo, então, as cinco dimensões propostas pelo programa, podemos citar a qualificação educacional e profissional.

Sabemos, nos dias de hoje, que para se emancipar socialmente, se faz necessário estar preparado para o mercado de trabalho tão competitivo que se apresenta. Todo esse processo de modernização, a tecnologia, a informática, os processos organizativos e gerenciais nos batem à porta, massificando a cada dia, com a chamada globalização, nos cobrando conhecimentos de diversas áreas para poder atuar no mercado de trabalho.

Gráfico 1 – Analfabetismo no Brasil



Fonte: IBGE; UNESCO (2010).

Os dados sobre o analfabetismo no Brasil não são animadores, comparados a outros países, conforme visualizado no Gráfico 1.

Quando falamos em grau de instrução da força de trabalho, esse também não é animador, sendo que:

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/90), 53% da força de trabalho, cerca de 33 milhões de trabalhadores, tinha até cinco anos de estudo; segundo análises internacionais, são necessários pelo menos oito anos de estudo para obter os conhecimentos mínimos que possibilitem a eficácia de treinamentos específicos (ALVES, 1995, p. 199).

Em seu quadro ilustrativo, Ferrarini (sd, pag. 2) coloca vários pontos importantes e que trazem as dificuldades apresentadas nesse sentido.

Tabela 2 – Dificuldades apresentadas nas em diversas dimensões

	COMUNIDADE	POLITICAS E PROGRAMAS	LIMITAÇÕES PARA SUSTENTABILIDADE
Interdimensionalidade / Intersetorialidade	A pobreza é multidimensional: econômica, social, política, cultural e ambiental.	Pretendem a integração, mas são planejadas e operadas, isoladamente, com disputas por recursos ou indicadores de resultados. Os processos de integração costumam restringir-se a ações pontuais.	Dificuldades de ativar recursos multidimensionais, tanto dos indivíduos ou grupos assistidos, quanto das organizações sociais e econômicas locais.
Participação / Protagonismo popular	Déficit de participação popular, uma cultura política forjada por longo período de história brasileira de políticas autoritárias, paternalistas e insuficientes.	Precisam ter critérios claros e contra-partidas definidas a partir da focalização. Além disso, a quantidade e a complexidade das demandas são maiores do que as possibilidades técnicas e humanas para uma atuação voltada ao fortalecimento dos usuários.	A população, em geral, insere-se nos programas, caso atenda aos critérios de risco e vulnerabilidade definidos por cada área, num tipo de participação mais voltada para a recepção do recurso e não como sujeito ativo na definição de prioridades e no planejamento e gestão.
Impacto	A pobreza é estrutural e as condições precárias exigem ações de impacto econômico, social e ambiental capazes de, minimamente, garantir trabalho, renda, educação, saneamento básico e segurança.	Possuem prazos estipulados para acompanhamento e repasse de recursos. Ademais, é comum a extinção ou completa transformação dos programas a cada troca de governo, gerando interrupção nos processos desencadeados.	Costumam ser paliativos e compensatórios, sem conseguir atingir sustentabilidade, após alocação dos recursos financeiros, humanos e materiais.

Fonte :Ferrarini (2001)

Esse é um grande desafio, enfrentado, não somente, pelo Programa Estruturante Emancipar – RS, o de qualificar e de, principalmente, da população beneficiária aceitar essa qualificação. Alves (1995), diz que nos dias de hoje, exige-se mão-de-obra mais qualificada, uma maior competência por parte do trabalhador.

Ainda para o mesmo autor:

Da mão-de-obra será exigida maior capacidade de auto-aprendizagem, compreensão dos processos, capacidade de observar, de interpretar, de tomar decisões e de avaliar resultados. [...] o domínio da linguagem técnica, a capacidade de comunicação oral e escrita, a disposição e habilidade para trabalhar em grupos, a polivalência cognitiva e a versatilidade funcional no trabalho. [...] novas habilidades ganham centralidade para a valorização pessoal do trabalhador (ALVES, 1995, p. 123)

Ainda para ele, o processo educativo tem que, obrigatoriamente, contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano, incentivando e educando-o para a prática da participação individual e coletiva. Para tal, deve ser orientado para o aprender a pensar e para o aprender a aprender.

Para se trabalhar o tema valorização pessoal, é preciso entender o conceito de empreendedorismo. Esses dois temas estão, fortemente, ligados à área da administração e na área social, e para melhor entendermos o tema, segue um breve levantamento de conceitos.

Segundo Hisrich (2004), empreendedorismo é o processo de criar algo novo, dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e independência econômica e pessoal.

Dessa forma:

[...] o empreendedor, em geral, é motivado pela auto-realização e pelo desejo de assumir responsabilidades e ser independente. Considera irresistíveis os novos empreendimentos e propõe sempre idéias criativas, seguidas de ação. A auto-avaliação, a autocrítica e o controle do comportamento são características do empreendedor que busca o autodesenvolvimento. Para se tornar um empreendedor de sucesso, é preciso reunir imaginação, determinação, habilidade de organizar, liderar pessoas e de conhecer tecnicamente etapas e processos (POMBO, 2003, p. 1).

Muitas pessoas sentem dificuldade em levar suas ideias ao mercado de trabalho, ou criar um negócio, ou no caso das famílias beneficiadas, se emanciparem e se tornarem independentes dos programas de transferências de renda que as tornam dependentes de um ciclo assistencialista. Trabalhar a sua valorização bem como despertar o empreendedor seria

um passo para que pudessem se desvincular de um tipo de situação em que vivem para partir para outro.

Oliveira (2004, p. 6), na Tabela 3, ilustra a diferença entre empreendedorismo social e empresarial.

Tabela 3 – Empreendedorismo empresarial x empreendedorismo social

EMPREENDEDORISMO EMPRESARIAL	EMPREENDEDORISMO SOCIAL
1. É individual.	1. É coletivo.
2. Produz bens e serviços.	2. Produz bens e serviços à comunidade.
3. Tem o foco no mercado.	3. Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais.
4. Sua medida de desempenho é o lucro.	4. Sua medida de desempenho é o impacto social.
5. Visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio.	5. Visa respeitar pessoas da situação de risco social e promovê-las.

Fonte: Oliveira (2004)

A partir dessa contextualização dos eixos norteadores do Programa Estruturante Emancipar – RS, sentiu-se a necessidade de aprimorar os conhecimentos sobre uma das questões mais preocupantes junto às famílias inseridas no Programa, que é a questão da emancipação social. Tal procedimento foi desenvolvido, inicialmente, por meio de um projeto de pesquisa, sendo que o mesmo culminou com o presente trabalho.

O próximo item se direciona a metodologia da pesquisa, sua aplicabilidade e os resultados finais do projeto de pesquisa junto às famílias beneficiadas com o Programa Estruturante Emancipar – RS, bem como com os gestores que participaram do Programa.

3 DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Programa Estruturante Emancipar – RS, criado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul no ano de 2007, constitui-se em uma das propostas estruturantes do Governo Estadual, e como tal, representa importante estratégia assumida no combate à pobreza e à desigualdade social, na promoção da emancipação das comunidades em vulnerabilidade social existentes no Estado do Rio Grande do Sul. Possui caráter intersetorial e sua metodologia prevê a articulação de ações distintas, políticas públicas com o objetivo central de “promover o desenvolvimento social sustentável em comunidades com famílias em situação de vulnerabilidade social” (Manual do Articulador/2008).

O Município de Três Passos, localizado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, aderiu ao Programa Estruturante do Governo do Estado – Emancipar – RS em 16 de março de 2009. O primeiro passo para a implantação do programa foi a estruturação do comitê gestor local, assim composto: por representante do governo do estado, representante do SENAC, representante da administração municipal e a coordenação e desenvolvimento do trabalho social ficou sob minha incumbência, Assistente Social Magali Cristina Reis. Além da explanação do projeto, envolvendo as diversas áreas, cada representante assumiu o seu papel para a execução do programa nas diversas fases.

Em janeiro de 2009, foi realizada a capacitação dos técnicos da Secretaria da Saúde e Assistência Social pelo Departamento de Assistência Social do Estado. Nessa capacitação, os técnicos receberam a orientação quanto à metodologia do trabalho social, posteriormente desenvolvida com cento e vinte famílias no Bairro Frei Olímpio.

A definição do local foi realizada pelo Comitê Gestor, por meio da análise dos indicadores de vulnerabilidade e risco social no Município, sendo o Bairro Frei Olímpio o escolhido pela histórica ocupação irregular e desorganizada em área de risco ambiental e social desde a época da construção das primeiras casas.

O Bairro Frei Olímpio foi formado a partir de 1950, por funcionários de uma pedreira e seus familiares, que forneciam pedras e cascalho para toda a região, sendo que as moradias em seu entorno foram construídas de forma irregular e desorganizadas.

Além disso, na mesma época, foi inaugurado o presídio estadual na Rua Catulo da Paixão Cearense, s/n, no Bairro Sul Serra, a cerca de 800 metros da Pedreira do Bairro Frei

Olímpio. Assim, muitos familiares dos detentos oriundos dos mais diversos municípios passaram a habitar este local.

No ano de 2002, a pedreira foi desativada e isso favoreceu o aumento de ocupações irregulares em seu entorno, inclusive nas áreas com maior declividade de relevo, muitas em terreno com cerca de 70% de inclinação, potencializando risco maior aos seus ocupantes.

Ao longo dos anos, o poder público municipal, representado por diversos governos, passaram a fornecer infraestrutura mínima para manutenção dessas famílias no local, mantendo-as distante do centro comercial, utilizando-se da oferta de calçamento, meio fio e o acesso à água encanada e energia elétrica. Apesar disto, a geografia do local desfavorecia o acesso de veículos pesados e serviços públicos como: bombeiros, caminhões de coleta seletiva do lixo e ambulâncias, além de dificultar o acesso da polícia civil e militar, já que o local possuía uma única via de acesso para veículos leves.

Percebendo que a demanda não era a infraestrutura, mas sim a necessidade de ofertar o reassentamento das famílias residentes na área, para um local que oferecesse acesso aos serviços públicos, o poder público municipal buscou, através do Programa Estruturante Emancipar – RS, promover um espaço de construção coletiva com a comunidade, visando a melhoria da qualidade de vida da população, através da oferta de moradias em projeto habitacional aliado a diversas ações de capacitação profissional e organização comunitária, já que esta caracterizava-se por ser a maior área de risco no meio urbano, ocupada de forma irregular.

O local onde residiam as famílias beneficiárias do Programa Estruturante Emancipar – RS possui declividade acentuada do relevo (acima de 70%), aliada a proximidade ao Lajeado Três Passos, além de uma área de vegetação nativa, caracterizando-se como área de preservação permanente.

As casas, em sua maioria, eram construídas com materiais reciclados, como madeira, restos de metal, zinco e outros, de forma irregular e desorganizada, constituindo-se em favelas. Logo após a escolha da área a ser atendida, iniciou-se o processo de entrevistas com as lideranças e com a comunidade para diagnóstico da mesma, executadas pelos técnicos da Secretaria da Saúde e Assistência Social, com a coordenação da Assistente Social, autora deste trabalho. Com o diagnóstico em mãos, a comunidade foi chamada na data de oito de setembro de dois mil e nove para apresentação da foto social, ou seja, o Relatório de Dados da Comunidade, que avaliava o grau de vulnerabilidade, considerando saúde, habitação, qualificação educacional e profissional, bem como a interação comunitária, quando foram

elencados os principais problemas e construído o plano de emancipação do Bairro Frei Olímpio.

O Grupo Gestor definiu uma equipe responsável pelo projeto social e este realizou visitas domiciliares a todas as famílias do Bairro Frei Olímpio, tendo como objetivo esclarecer à população sobre o programa e convidá-los a participarem e se cadastrarem junto à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no total de 120 (cento e vinte) famílias, cadastro este realizado pela equipe técnica, inclusive pela Assistente Social, autora deste trabalho.

Após esta etapa, iniciaram-se as reuniões mensais no centro comunitário do Bairro Frei Olímpio, nas segundas terças-feiras de cada mês, à noite, a partir das 19h. Paralelamente, outras ações foram desenvolvidas, conforme o plano de ação construído com os beneficiários. No decorrer das reuniões, os problemas levantados no diagnóstico, foram sendo debatidos com a comunidade para buscar soluções, destacando-se a questão da vulnerabilidade habitacional e a melhoria ao acesso aos serviços públicos.

O Programa Estruturante Emancipar – RS, como parte da estratégia de atuação governamental, propôs a execução de ações integradas de forma intersetorial e direcionadas para as comunidades alvo do Programa. Estas ações estão classificadas em projetos e distribuídas de acordo com o constante na Tabela 4.

Tabela 4 – Projetos e ações desenvolvidas

PROJETOS	AÇÕES
Proteção social	Assessoria técnica na política de assistência social Proteção social básica – FEAS/FECA Primeira infância melhor – PIM Estratégia de Saúde da Família – ESF
Habitação popular	Construção de unidades habitacionais Produção de lotes urbanizados Construção de módulos sanitários
Qualificação profissional e educacional	Qualificação profissional Alfabetização de adultos Aprendizagem
Valorização das pessoas	Cultura – um projeto para a vida
Crédito e empreendedorismo	Bancarização Microcrédito

Fonte: Manual do articulador (2008)

Dentre as ações desenvolvidas pelo Programa Estruturante Emancipar – RS, no Município de Três Passos, durante o período de 15 de outubro de 2009 a 12 abril de 2011, destacam-se:

Curso de Puffs – este curso teve por objetivo ensinar a confecção de sofás e puffs, utilizando materiais recicláveis como garrafas pet. Além de contribuir com o meio ambiente através da reutilização deste material, as participantes puderam confeccionar móveis alternativos para suas casas. Os objetos confeccionados foram exibidos e utilizados nos pavilhões da FEICAP, durante a Feira Exposição Industrial, Comercial, Industrial e Agropecuária, em abril de 2010, para que as pessoas pudessem utilizá-los para sentarem-se.

- **Curso Técnico de Garçom e Garçonete** – visando atender a grande demanda de profissionais nessa área de trabalho, no município de Três Passos, e promover a inserção e reinserção no mercado de trabalho, viu-se a necessidade de realizar um curso profissionalizante que prepara os participantes com os conhecimentos necessários para servir alimentos e bebidas. O curso abrange as técnicas de recepção, atendimento e regras de etiqueta.

- **Curso de Instalador Hidráulico** – com o crescimento da demanda de mão-de-obra na área da construção civil, o curso buscou capacitar profissionais nas áreas de instalação e reparação hidráulica, oportunizando a qualificação profissional e visando a inserção ou reinserção no mercado de trabalho crescente no município.

- **Curso de Boas Práticas** – este foi realizado como introdução ao curso de técnicas de cozinha, através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Os temas trabalhados foram: técnicas de higiene pessoal, na preparação de alimentos, higienização correta dos utensílios e do local de preparação dos mesmos.

- **Curso Técnicas de Cozinha** – através de uma linguagem acessível, buscou-se qualificar a população em noções sobre o corte de carnes e legume, preparo de pratos diversos, montagem e apresentação de pratos, sobremesas, saladas e guarnições, como também procedimentos e critérios em relação à aquisição, recepção, armazenamento, pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos, buscando qualificá-los para o mercado de trabalho na área de alimentação. Para celebrar o encerramento do curso, no dia 25 de março de 2011, os alunos organizaram um jantar beneficente aberto à comunidade.

O cardápio foi todo elaborado pelos alunos que também fizeram e serviram o jantar aos convidados. A renda adquirida com o jantar foi revertida em cestas básicas e distribuídas pelos próprios alunos à população em situação de vulnerabilidade social no município.

- **Curso Construtor de Pequenas Obras de Alvenaria** – devido à grande demanda na área da construção civil em toda a região, este curso foi ofertado aos participantes do Programa Emancipar – RS, tendo como objetivo capacitar e qualificar profissionais para que pudessem realizar pequenas obras, desde a interpretação da planta arquitetônica até

acabamentos finais. Durante o curso, os alunos tiveram aulas teóricas e práticas orientadas por um engenheiro civil.

- **Curso de Formação de Líderes Comunitários** – foi realizado no salão comunitário do Bairro Frei Olimpio e contou com a participação das lideranças comunitárias, integrantes do programa Emancipar – RS e comitê local do mesmo. O trabalho realizado pelo instrutor possibilitou melhorar a comunicação dos líderes com os moradores do Bairro, além de viabilizar estratégias de mobilização social, com o objetivo de desenvolver ações na comunidade.

- **Reuniões Com a FGTAS (Fundação Gaucha do Trabalho e Ação Social) e o SINE (Sistema Nacional de Emprego)** – em reunião mensal da comunidade do Bairro Frei Olímpio, participaram a gestora do programa trabalho e renda do FGTAS e o coordenador do SINE local, que explanaram sobre a questão de cadastro e confecção de carteiras de trabalho e encaminhamentos para o mercado de trabalho, como também a importância da qualificação profissional para o mercado de trabalho. Na oportunidade, o diretor do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), juntamente com o presidente da Associação de Moradores falou sobre os cursos de qualificação profissional e a participação do SENAC no programa estruturante Emancipar – RS, bem como, os cursos que já estavam sendo desenvolvidos, gratuitamente, a nível nacional.

- **Confecção Gratuita de Carteiras de Trabalho** – A comunidade do Bairro Frei Olímpio foi contemplada com a liberação de 40 senhas para a confecção de carteira de identidade gratuitamente. Os contemplados, com as senhas, dirigiram-se ao SINE, onde foram atendidos pelo coordenador.

Meses depois, a representante da FGTAS, convidou todos os participantes do Programa Emancipar – RS a procurarem a agência do SINE (Sistema Nacional de Emprego) para elaborarem o seu curriculum e Carteira de Trabalho, quando também, foi comunicado para as artesãs da comunidade a elaboração ou renovação das carteiras que regulamentam essa atividade.

- **Entrega do Posto de Leitura** – A Secretaria de Cultura do Estado fez a entrega do Posto de Leitura, quando se fizeram presentes secretários municipais e representantes da comunidade do Bairro Frei Olímpio. Sendo que o mesmo foi encaminhado para a Escola Municipal de Ensino Fundamental São José, esta localizada no Bairro Frei Olímpio, ficando à disposição dos alunos e da comunidade escolar, oportunizando assim, enriquecimento da leitura e imaginação.

- **Momento Cultural** – durante a reunião mensal, na comunidade do Bairro Frei Olimpio, houve diversas atividades como apresentações de dança, teatro, música e outras artes, através da presença do grupo de dança das alunas do Colégio Estadual Érico Veríssimo e, após a apresentação da Companhia de Retalhos e Teatro de Santa Maria, momento em que foi apresentada a peça “A Verdadeira História não Contada”, uma sátira em relação às histórias infantis. Após a apresentação, foi realizado um coquetel de confraternização com a comunidade presente. Em outra ocasião, foi apresentada a peça “As Aventuras de Fortúnio” organizada pela companhia de teatro a Turma do Dioniso, do município de Santo Ângelo, cujo tema retrata o descaso do homem com o descarte do lixo e ao meio ambiente.

- **Momento cultural no Cinema Cine Globo** – através da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, a companhia do Circo Mariotti, promoveu apresentações circenses, momento em que as crianças puderam fazer parte da magia do circo. Foram convidadas as crianças da Escola Municipal de Ensino Fundamental São José, Projeto AABB Comunidade e Casa de Passagem, quando todas se divertiram com o espetáculo que teve diversas brincadeiras, contagiando as crianças.

- **Palestras e oficinas diversas** – Nos encontros mensais, diferentes atividades foram realizadas com a comunidade, dentre estas, destacam-se diversas palestras de interesse da comunidade local que abordaram diferentes temas como:

- a) palestra sobre drogatização;
- b) palestra sobre câncer de mama e a importância do auto-exame;
- c) palestra sobre auto-estima da mulher. O tema teve especial relevância, pois as mulheres deste bairro apresentam dificuldade de se colocarem em meio à sociedade e ao mercado de trabalho e, por isso, acabam por ficar à mercê de sua própria baixa-estima e da violência de seus companheiros;
- d) palestra sobre a coleta seletiva de lixo e questões epidemiológicas como a dengue;
- e) palestra sobre o tema “O Homem e o Meio Ambiente”, quando foi explanada a importância que cada indivíduo tem na relação homem-natureza, bem como a importância da mobilização da comunidade em cuidar e preservar o meio ambiente em que vive.

- **Apresentação dos Critérios de seleção do projeto habitacional** – foi apresentado à comunidade os critérios para a seleção das primeiras 50 famílias a serem beneficiadas com o projeto de habitação do Programa Estruturante Emancipar – RS.

- **Confraternização com a Comunidade** – durante as ações vinculadas ao Programa Estruturante Emancipar – RS, foram organizadas diversas ações de confraternização com a

comunidade, especialmente no final do ano, quando se realizou avaliação das ações e planejamento das atividades do ano seguinte. Em 21 de dezembro de 2010, realizou-se a solenidade de inauguração da Cozinha Comunitária e após confraternização.

- **Presença dos representantes da UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul)** – neste encontro os palestrantes da UERGS, abordaram os temas “Hortas Escolares” e a “Escola como Meio de Difusão da Agroecologia”, que seriam projetos desenvolvidos pela UERGS em parceria com a Escola Municipal de Ensino Fundamental São José, quando apresentaram à comunidade os resultados obtidos com o projeto, além de realizarem a distribuição de mudas de vegetais cultivados de forma agro-ecológica.

- **Grupo de Convivência da Terceira Idade e de Mulheres** – no ano de 2009, retomamos o grupo de Convivência da Terceira Idade no Bairro Frei Olímpio, pois com o falecimento da presidente, no início do ano, o grupo terminou e uma das propostas da comunidade era reativar o grupo de idosos e o Grupo de Convivência de Mulheres. O grupo retomou suas atividades no dia 21 de dezembro de 2009.

Entre os vários trabalhos realizados pelo grupo de convivência de mulheres e idosos do bairro, podemos citar: trabalhos com fuxico, tricô, crochê, decoupage em pano de prato, customização, confecção de cortinas e almofadas, trabalho com jornal, curso de bijuteria, confecção de sacola ecológica, trabalho com litros, barras de crochê em pano de prato, cortinas, colchas, tapetes, artesanato natalino, curso de pintura em pano de prato, artesanato de páscoa.

Em abril de 2010, inaugurou-se o Ponto de Artesanato do Grupo de Convivência “Sempre Ativas” do Bairro Frei Olímpio, em uma peça cedida pela Escola Municipal de Ensino Fundamental São José. Os Grupos de Convivência de Idosos e Clube de Mães do Bairro Frei Olímpio participaram, no dia 5 de dezembro de 2010, da 1ª Feira Estadual do Artesanato, realizada no Município de Três Passos.

- **O Projeto “Comunidade em Movimento”** – vem sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura em parceria com as demais secretarias, Escola Municipal de Ensino Fundamental São José do Bairro Frei Olímpio e o Programa Estruturante Emancipar – RS, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que vem sendo executado desde março de 2010. O programa visa desenvolver atividades artísticas, esportivas, recreativas e culturais no turno inverso ao da escola, diminuindo assim, a exposição de crianças e adolescentes em situação de risco social.

As atividades e oficinas desenvolvidas atendem 180 crianças e adolescentes de 6 a 16 anos e é operacionalizado no turno inverso ao ensino regular, no espaço da Escola Municipal,

inserida no Bairro Frei Olímpio e no Ginásio Municipal de Esportes. As principais oficinas desenvolvidas são: xadrez, voleibol, futsal, basquete, handebol, ginástica, artesanato, pintura, flauta, violão, teatro, atividades circenses, recreação, acompanhamento pedagógico e informática.

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Três Passos através do Programa Estruturante Emancipar – RS, promove a “Oficina Circense” todas as sextas-feiras a partir das 15h, no Ginásio Municipal de Esportes, visando atender crianças participantes da “Escola Integral”, que é parceira neste projeto social. A oficina tem por objetivo reunir, através da arte circense, as possibilidades físicas e artísticas dos alunos participantes, como também permitir a elas, expressarem-se através da educação artística e a diversão suas necessidades de comunicação social. Para isso, os professores propõem um trabalho que através da aplicação de exercícios técnicos e jogos lúdicos possibilitarão ao aluno maior aproximação da arte. Dentre os equipamentos utilizados para desenvolvimento das atividades desta oficina estão: pernas de pau, bolas de malabares, entre outros.

A primeira apresentação da Oficina Circense teve a presença de 24 alunos e realizou-se na Escola Municipal de Ensino Fundamental São José e a segunda apresentação ocorreu na Inauguração do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

- **Cozinha Comunitária** – O Município de Três Passos foi contemplado com uma cozinha comunitária, equipada com toda a infraestrutura necessária para ministrar cursos nas áreas de alimentação, panificação e confeitaria. Está localizada ao lado do Salão Comunitário do Bairro Frei Olímpio. O espaço é utilizado para administrar cursos profissionalizantes para os participantes do projeto, bem como para outros membros da comunidade, interessados na qualificação profissional. Os cursos são organizados e mantidos pela Prefeitura Municipal.

- **Habitação** – O Programa Estruturante Emancipar – RS propôs a construção de 50 unidades habitacionais, sendo estas distribuídas entre as 120 famílias beneficiárias do Programa Estruturante Emancipar – RS, residentes no Bairro Frei Olímpio. O Convênio previu o repasse de R\$ 750.000,00, depositados pelo Governo do Estado e a contrapartida da Prefeitura Municipal de Três Passos de R\$ 225.000,00.

O Programa Estruturante Emancipar – RS compreende um conjunto de projetos, nesse conjunto, o projeto de habitação destaca-se pelo volume de recursos investidos e pelo impacto direto na comunidade local.

Para desenvolver o projeto de habitação, a Administração Municipal adquiriu uma área de 32.000 m² no Bairro Sul Serra para a construção das moradias.

Para que os moradores tivessem acesso às casas, deveriam atender os critérios estabelecidos pelo programa e a participação dos pretendentes nas atividades foi um dos principais requisitos.

As famílias que foram contempladas com as casas, também tiveram que ser aprovadas pelo Comitê Local e pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, conforme os critérios do programa, estes construídos em conjunto com a comunidade, que foram:

- Residir no Bairro Frei Olímpio, onde estava sendo desenvolvido o programa;
- Dar preferência a mulheres chefes de família;
- Destinar 20% das unidades para pessoas portadoras de deficiência ou idosos que não possuíam condições físicas de participarem das atividades oferecidas pelo Programa Estruturante Emancipar – RS;
- Não ter renda superior a dois salários mínimos;
- Residir em área de risco ou impróprias para moradia;
- Residir em área de preservação permanente.
- Participar do processo do Programa Estruturante Emancipar – RS, onde seriam realizadas diversas atividades, como: capacitações, reuniões mensais, grupo de convivência do idoso, grupo de mulheres e oficinas.

A Assistente Social, autora deste trabalho, foi integrante do Comitê Gestor e coordenadora das ações desenvolvidas, juntamente, com os técnicos da Secretaria da Saúde e Assistência Social do Município de Três Passos e a Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a responsável pela elaboração e emissão dos relatórios semestrais enviados ao Estado.

Com a implantação do Programa Estruturante Emancipar – RS, os resultados esperados, a nível comunitário, foi a formação contínua de lideranças motivadas para ações positivas em relação a condições que elevassem a qualidade de vida das pessoas, a partir do aperfeiçoamento da comunicação com os moradores e a construção de estratégias que viabilizassem o desenvolvimento social e de cidadania.

Com o trabalho realizado, resultados relevantes foram obtidos, pois as 120 famílias que participaram do Programa Estruturante Emancipar – RS aprimoraram seus conhecimentos na área profissional de seu interesse, por meio dos cursos ofertados facilitando o ingresso ao mercado de trabalho e à cidadania. Além disso, através da educação e cultura, as famílias começaram a despertar a atenção para fatos que, habitualmente, ocorrem no contexto familiar

e, com isso, desenvolveram novas posturas diante de dificuldades tornando-as co-autoras da transformação social.

As dificuldades enfrentadas no início do Programa Estruturante Emancipar – RS foi a baixa adesão, mesmo após a visita domiciliar, realizadas pelos técnicos a cada família, para a explanação do Programa, mas foram superadas a partir do momento em que as famílias tiveram o entendimento da proposta estruturante e entenderam a importância de serem co-autoras do processo, à medida que as etapas foram sendo implementadas com a participação efetiva do técnico da Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social.

Outro fator que dificultou o desenvolvimento das ações foi a falta de recursos humanos, bem como a dificuldade do trabalho intersetorial, que ainda é um desafio a ser superado, pois envolve profissionais dos mais diferentes segmentos sociais, sendo por isso complexo e novo e, portanto, a capacidade de trabalhar de forma intersetorial ainda precisa ser incorporada na prática cotidiana.

No início, as pessoas estavam focadas na habitação. Manifestavam o desejo de terem uma casa. Não tinham o entendimento de que, participando das ações ofertadas pelo Programa, conquistariam condições em busca da cidadania, por meio do trabalho, emprego, educação, saúde e renda. Talvez, este comportamento seja reflexo da história de vida destas pessoas, pois eram acostumadas à caridade, ou seja, receber o mínimo para a satisfação das necessidades imediatas. Com a percepção que as ações refletiriam em seu contexto familiar e social, entenderam que a habitação não é ter somente uma casa para morar, mas ter acesso à moradia adequada com as condições de subsistência.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para desenvolver o relatório de intervenção utilizou-se a pesquisa quantitativa. De acordo com Goldenberg (1997), preconiza que “os métodos quantitativos simplificam a vida social, limitando-a aos fenômenos que podem ser enumerados. [...] as abordagens quantitativas sacrificam a compreensão dos significados em troca do rigor matemático”. Através das informações apresentadas, entende-se que as análises quantitativas constituem elemento indispensável no desenvolvimento da pesquisa.

No caso do Programa Estruturante Emancipar – RS foi usada a pesquisa como uma forma de identificar se houve um direcionamento ou não da emancipação das famílias beneficiárias, através de todo o trabalho desenvolvido, retratando assim, a realidade de forma completa e profunda e, ainda, a experiência profissional vivida durante a execução do Programa.

Outro motivo pelo qual se justifica a presente pesquisa está constituído, legalmente, no Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o qual preconiza:

I - Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Nesse mesmo sentido, destacam-se, também, os direitos e garantias fundamentais, os quais se encontram estruturados, legalmente, no Artigo 6º da Constituição Federal Brasileira de 05/10/1988, o qual esclarece: Art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

O projeto se justifica pela realização da pesquisa a relevância de que o enfrentamento à pobreza e às condições adversas de vida a ela associadas, sejam superadas de modo efetivo. O que significa que as políticas públicas que se orientam a esta problemática precisam ser, constantemente, avaliadas, para os ajustes cabíveis. Desta forma, a avaliação do Programa Estruturante Emancipar – RS, no Município de Três Passos, permitirá aos gestores municipais, uma melhor compreensão das possibilidades e limitações da realidade em que

atuam e, portanto, pode concorrer para o aperfeiçoamento do programa analisado, assim como para a proposição de outras iniciativas de enfrentamento à pobreza. Da mesma forma, o estudo poderá ser útil aos gestores estaduais, na perspectiva de aperfeiçoamento do programa.

4.1 Objetivos da Pesquisa

Assim, para se conseguir operacionalizar este estudo, que teve como problema de pesquisa a emancipação das famílias, descrevem-se seus objetivos, tendo como objetivo geral: avaliar se o Programa Emancipar – RS, no Município de Três Passos, direcionado às famílias do Bairro Frei Olímpio, se melhorou a qualidade de vida e se promoveu a independência da população beneficiária de programas sociais de transferência de renda.

Em relação aos objetivos específicos, estes foram estruturados da seguinte forma:

- Caracterizar o perfil socioeconômico das famílias, sujeitos da pesquisa;
- Identificar os aspectos da qualidade de vida dos beneficiários que sofreram alteração a partir do programa;
- Levantar o número de famílias beneficiárias que se tornaram independentes de programas de transferência de renda;
- Analisar a contribuição das políticas públicas no processo de inclusão e emancipação social das famílias beneficiadas.

4.2 Instrumento de Coleta de Dados

A pesquisa teve enfoque quantitativo, sendo indispensáveis em seu desenvolvimento. Esses dados ganharam vida a partir dos questionários realizados com as famílias e com os gestores.

Dos procedimentos de coleta de dados e do período da aplicação do estudo, inicialmente, fez-se um aprofundamento teórico sobre as cinco dimensões do Programa Estruturante Emancipar – RS: proteção social, qualificação educacional e profissional; crédito e empreendedorismo; e valorização das pessoas.

Fundamentando-se em leituras de inúmeros livros, revistas, sites, artigos, jornais, foi construída, assim, a bibliografia referente à temática apresentada. Na sequência, coletaram-se dados para o levantamento do perfil socioeconômico das famílias, sujeitos desta pesquisa. Concomitante a esses procedimentos de coleta de dados, realizou-se o questionário com perguntas fechadas ou dicotômicas que, para Lakatos (1991), são aquelas em que o informante escolhe sua resposta entre duas opções: sim ou não. E também foram usadas perguntas de múltipla escolha que, ainda para Lakatos (1991), são perguntas fechadas, mas que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto. O período de aplicação dos instrumentos foi durante o mês de dezembro de 2011.

Os sujeitos da pesquisa foram compostos por 24 famílias beneficiadas pelo Programa Estruturante Emancipar – RS e sete Gestores do Município de Três Passos/RS. Dessas 24 famílias, 16 foram beneficiadas com a casa e oito famílias não. Esse número de famílias corresponde a 20% do total das famílias que participaram do Programa, visto que o total de famílias que participaram do Programa, desde seu início, como já foi citado, foram 120 famílias, destas 50 foram contempladas pelo programa de habitação.

Os gestores do Programa também responderam a um questionário com questões fechadas. Com relação aos gestores, foram aplicados sete questionários contemplando as áreas envolvidas na execução e desenvolvimento do Programa Emancipar – RS.

Os critérios de seleção das famílias se deram através de amostragem aleatória¹ da seguinte forma: com a listagem em mãos, de todas as famílias que participaram do Programa Emancipar – RS, foram sorteados os nomes das referidas famílias.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados nesse estudo foram: aplicação de um questionário com perguntas fechadas para identificar o perfil socioeconômico das famílias selecionadas para a pesquisa, bem como um questionário com perguntas fechadas para os gestores. Acredita-se ser relevante, elucidar a importância do preenchimento do questionário, no intuito de fundamentar a opção por esse instrumental de coleta de dados. Para Lakatos (1991, p. 212-213), “[...] o questionário é utilizado em quase todo o segmento da população: alfabetizados, analfabetos, populações heterogêneas [...]; obtenção de dados mais complexos e úteis; facilidade na aquisição de um número representativo de informantes, em determinado grupo”.

¹ Amostragem aleatória: Hussey (2005), em seu livro pesquisa em Administração, diz que para pequenas populações, os números podem ser escolhidos aleatoriamente, como uma rifa na qual cada membro da população recebe um número e depois os números são sorteados.

Os itens analisados com as técnicas da pesquisa estavam relacionados à emancipação social sob vários aspectos vivenciados pelos sujeitos da pesquisa: a) o processo de emancipação através dos cursos e palestras; b) o processo de inclusão social no acesso às políticas públicas; c) o processo de inclusão social da área do trabalho e renda; e) as dificuldades no processo de execução do Programa. A forma de registro dessas informações efetivou-se através de respostas no questionário de pesquisa. A análise dos dados foi apresentada através de gráficos.

Feitas as explanações dos procedimentos metodológicos adotados neste estudo, a seguir apresentamos os resultados da pesquisa de campo correlacionados ao objeto de estudo deste relatório de intervenção, concomitante às reflexões teóricas dos dados coletados.

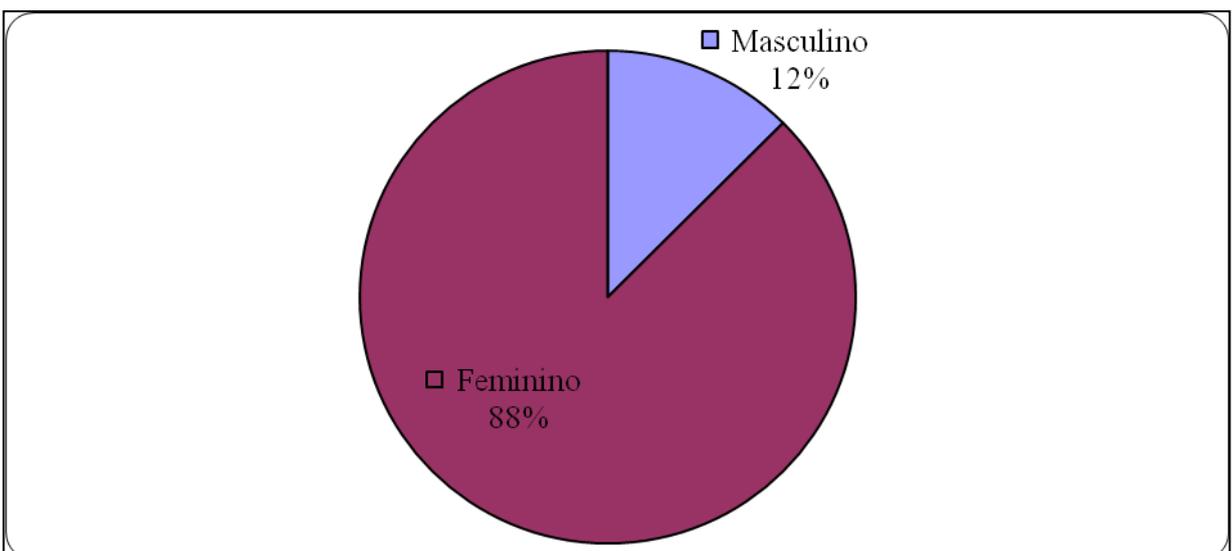
4.3 Análise dos Dados

A seguir serão apresentados os dados da pesquisa, alcançados através da aplicação dos questionários.

4.3.1 Perfil Socioeconômico das famílias entrevistadas:

a) Gênero

Gráfico 2 – Gênero dos Respondentes

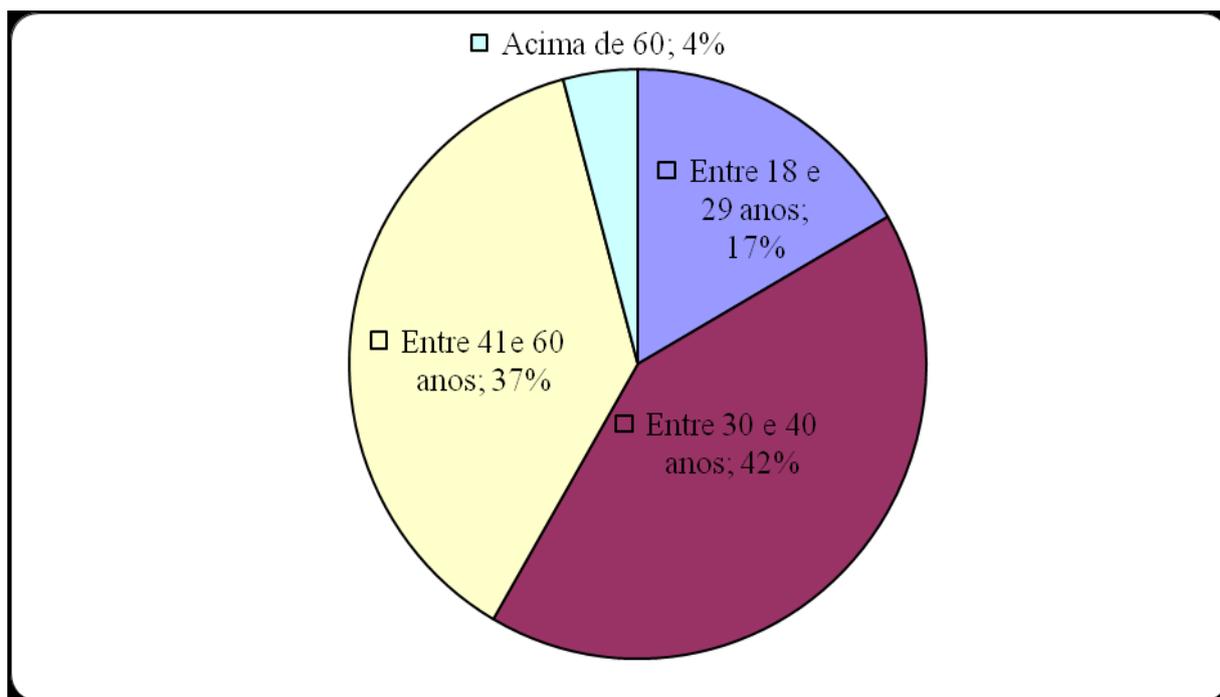


Fonte: Dados Primários

O gráfico acima permite inferir que dentre os entrevistados 88% são mulheres e 12% são homens, situação esta justificada pelo horário em que o instrumento de pesquisa foi aplicado.

b) Idade

Gráfico 3 – Idade dos entrevistados

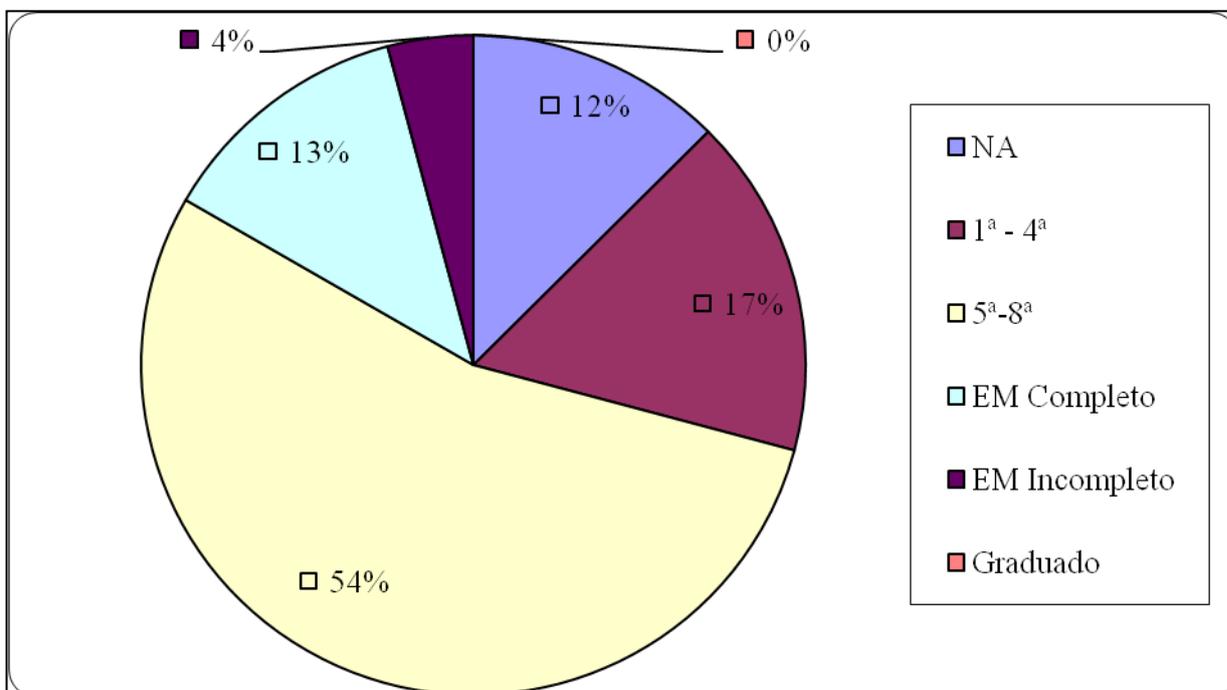


Fonte: Dados Primários

De acordo com os dados obtidos, observa-se que a idade predominante dos sujeitos pesquisados foi de 30 a 40 anos, conforme demonstrado no Gráfico 3, demonstrando que, apesar do crescimento da participação da mulher na economia doméstica, esta continua com a competência de cuidar da casa e dos filhos. Diante desses dados, considera-se ainda que há um público bastante jovem, que necessita de políticas públicas, especialmente, aquelas relacionadas a um direito básico para qualquer ser humano sobreviver: o acesso à habitação e a qualificação profissional.

c) Escolaridade

Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos entrevistados



Fonte: Dados Primários

O Gráfico 4 demonstra que a população pesquisada, de modo geral, possui um nível baixo de escolaridade, ou seja, das famílias entrevistadas apenas 13% concluíram o ensino médio. Esse número contribui para a desqualificação dessas pessoas, frente ao mercado de trabalho, favorecendo a ampliação das situações de pobreza e exclusão social.

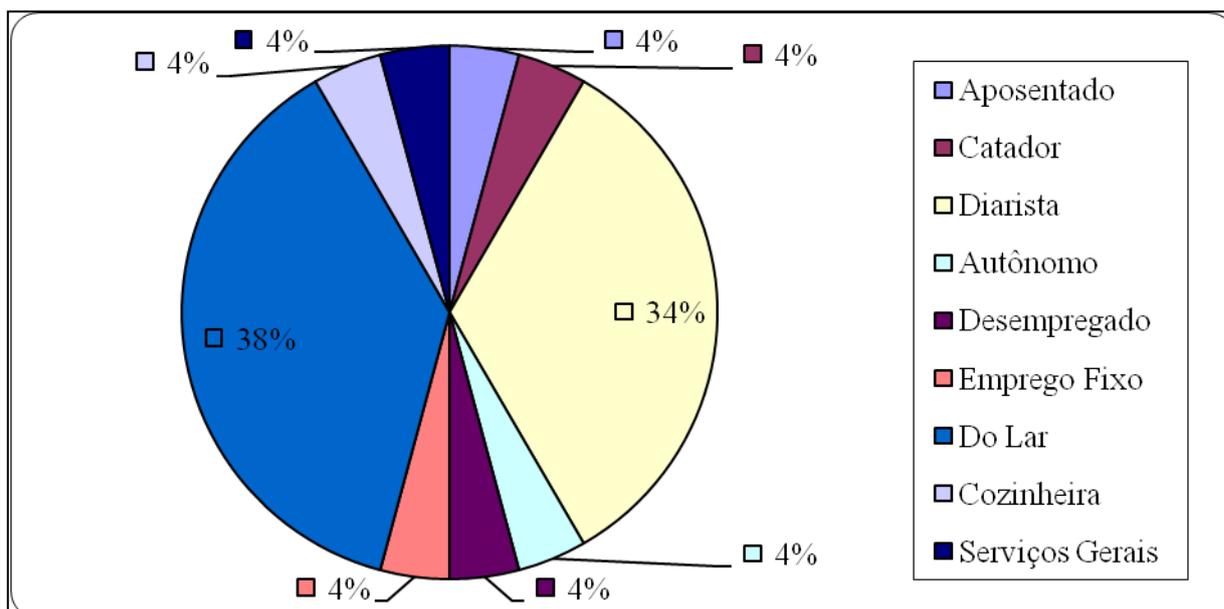
Mas, segundo dados do IBGE (2003), essa realidade vem mudando,

“[...] A crescente escolarização vem impulsionando a elevação do nível de instrução da população. Entre 1993 e 2003, o analfabetismo declinou em quase 30% no Brasil. [...] A diminuição das taxas de analfabetismo no Brasil deve-se ao maior acesso da população carente ao ensino fundamental e aos programas de alfabetização de adultos, como, por exemplo, a Alfabetização Solidária.”

Essa realidade mostra que, aos poucos, o índice de analfabetismo no Brasil vem diminuindo.

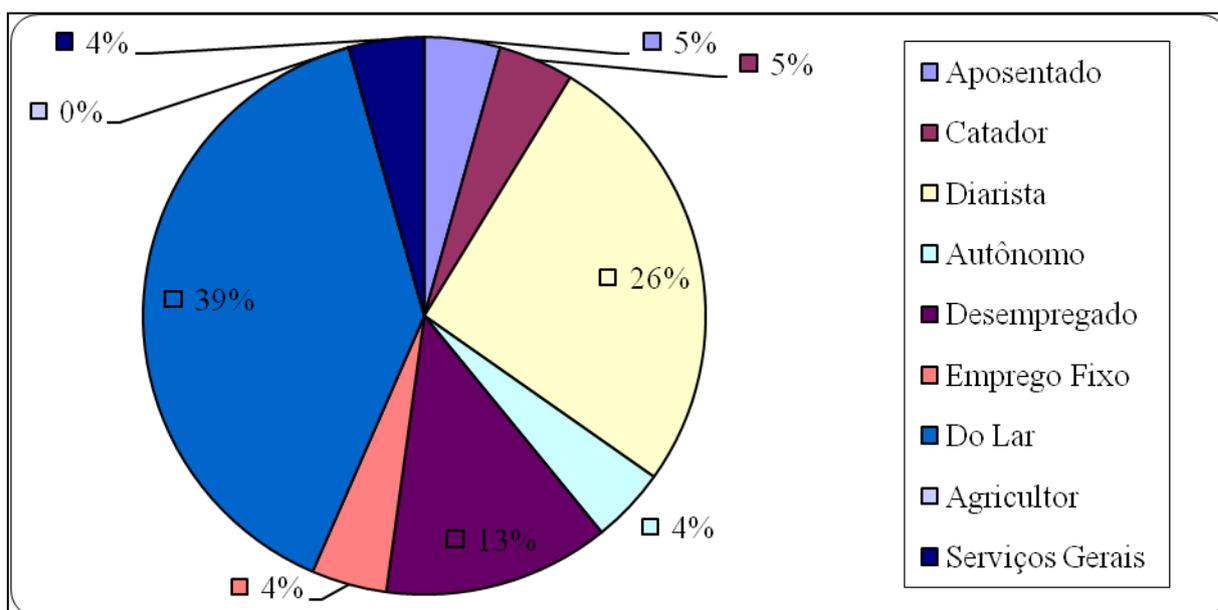
d) Profissão

Gráfico 5 – Profissão dos entrevistados (2009)



Fonte: Dados Primários

Gráfico 6 – Profissão dos entrevistados (2011)



Fonte: Dados Primários

Os Gráficos 5 e 6 explanam sobre a profissão dos entrevistados e pode-se verificar que houve um acréscimo 9% em relação aos desempregados, de 2009 para 2011. Número significativo, visto que o Programa Estruturante Emancipar – RS trabalhou com as famílias

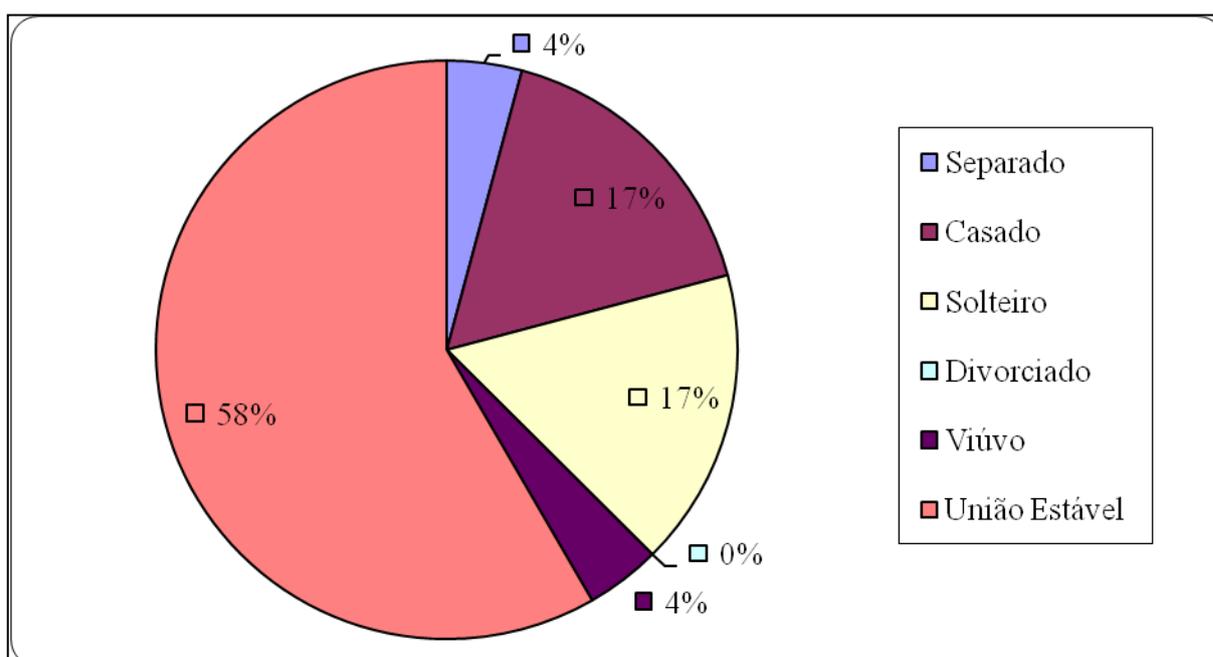
para que estas pudessem emancipar-se socialmente, com qualificação profissional, através de cursos, palestras, orientações, entre outros.

Um dos fatores, que pode ser indicativo da população beneficiária não buscar a qualificação profissional, é a dependência nos programas de transferência de renda das três esferas de governo, federal, estadual e municipal.

O Programa ofertou capacitação profissional para que as famílias inseridas no Programa pudessem entrar no mercado de trabalho, visto que hoje, na sociedade capitalista em que vivemos, a competição e a exigência de mão-de-obra qualificada se faz presente.

e) Estado Civil

Gráfico 7 – Estado Civil dos entrevistados (2009)



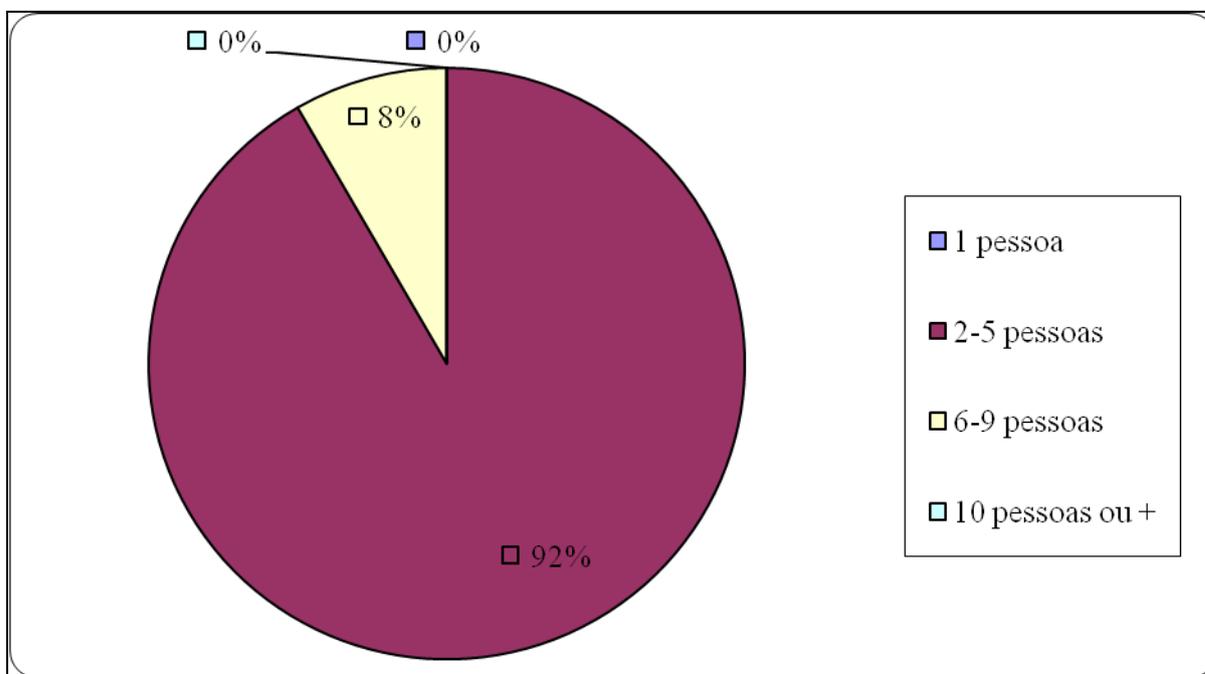
Fonte: Dados Primários

O Gráfico 7 mostra que, 58% das famílias vivem em união estável. A união estável passou a ter maior respaldo jurídico a partir de 2002, com o Novo Código Civil.

O Novo Código Civil, em seu artigo 1.723 diz que é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

f) Composição Familiar

Gráfico 8 – Número de pessoas que compõem o grupo familiar



Fonte: Dados Primários

Como mostra o Gráfico 8, a composição do grupo familiar, 92% das famílias compõem-se de 2 a 5 pessoas, ficando 8% entre 6 e 9 pessoas. Percebe-se que um número crescente de filho, vem diminuindo como apontam as pesquisas.

Os dados censitários permitem acompanhar a evolução da taxa de fecundidade ao longo das últimas seis décadas. Esta taxa ficou mais ou menos estabilizada entre 6,3 e 5,8 filhos por mulher caindo fortemente nas décadas de 70 (de 5,8 filhos por mulher em 1970 para 4,4 em 1980) e 80 (para 2,9 filhos por mulher em 1991) e relativamente menos na década de 90 (2,3 filhos por mulher em 2000) (NERI, 2005, p. 7)

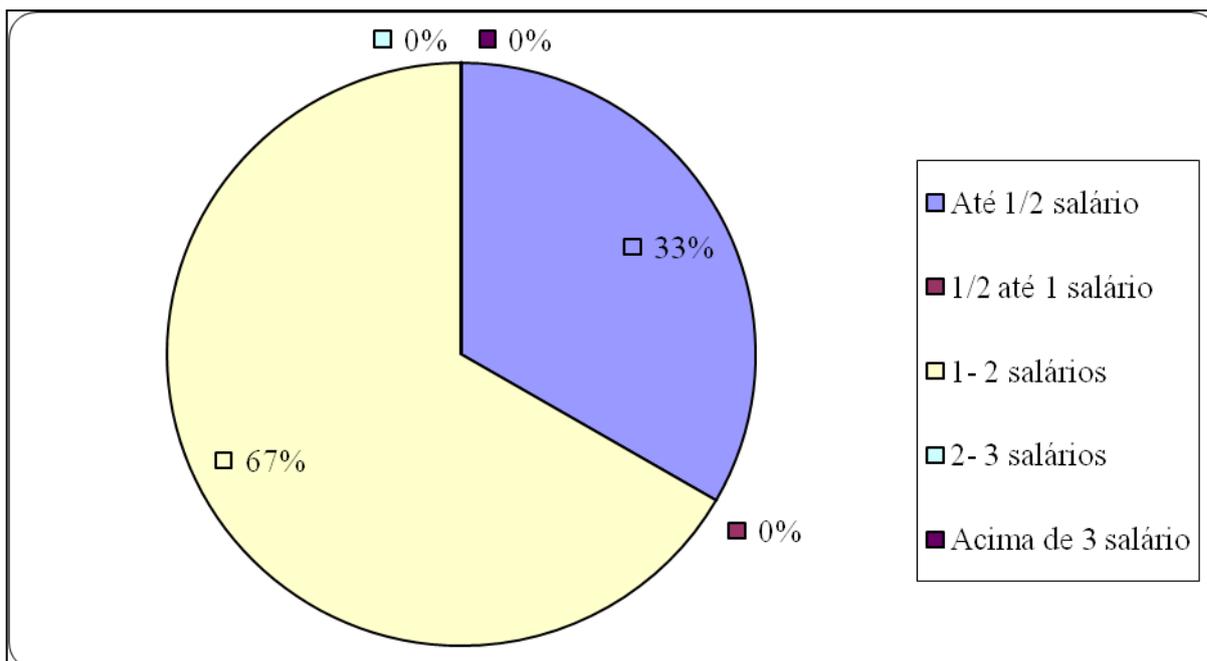
Em relação ao núcleo familiar, sabe-se que enquanto unidade doméstica, a composição da família na contemporaneidade tem se apresentado de diversas formas. Nesse sentido, vários autores citam como definições oficiais de grupo familiar. Pode-se citar:

Família nuclear, incluindo duas gerações com filhos biológicos; famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações; famílias adotivas temporárias; famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais; casais; famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe; casais homossexuais com ou sem crianças; famílias reconstituídas depois do divórcio; várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo. (Kaslow apud Szynabski, 2002, p. 10).

Essa composição familiar vem mudando com o passar dos anos e conforme a necessidade das famílias se constituírem.

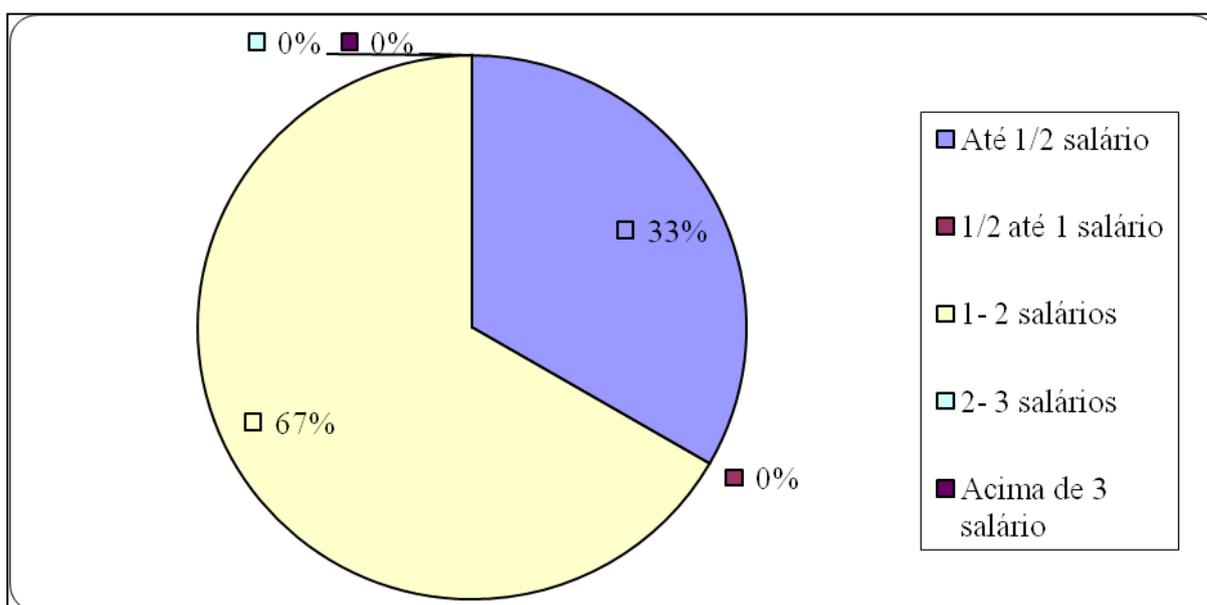
g) Renda familiar

Gráfico 9 – Renda Familiar (2009)



Fonte: Dados Primários

Gráfico 10 – Renda Familiar (2011)

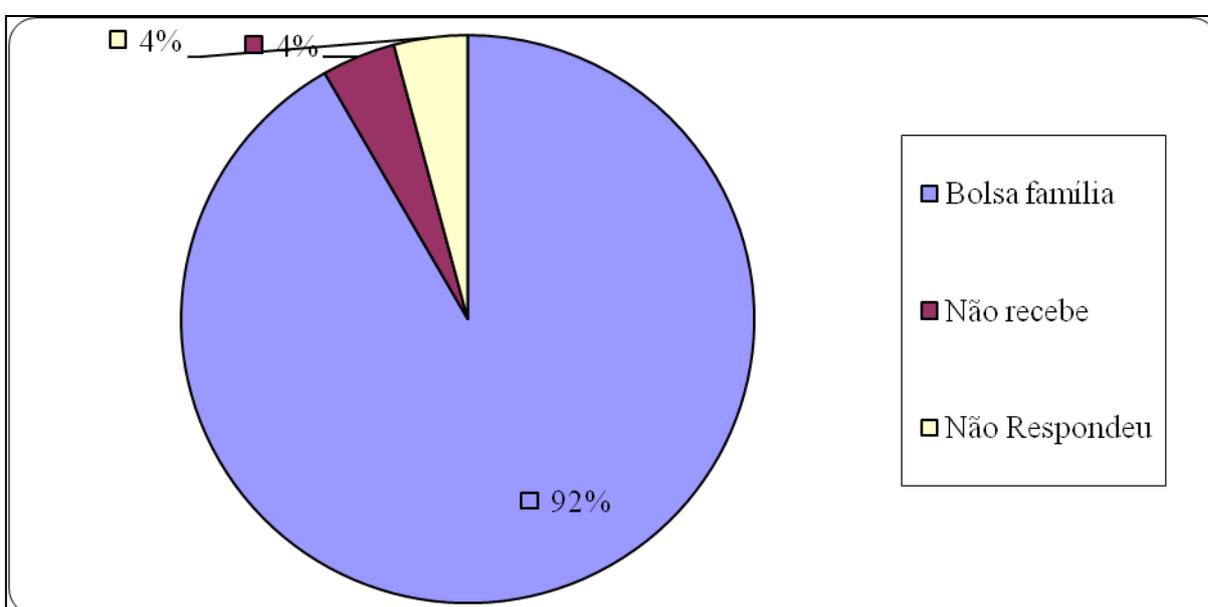


Fonte: Dados Primários

Pode-se perceber através dos Gráficos 9 e 10 que a renda familiar permanece entre 1 a 2 salários mínimos. Que, mesmo após todo o trabalho realizado com as famílias, no sentido de que, não somente aumentassem sua renda familiar, mas também como pudessem emancipar-se de políticas de transferências de renda, depois dessa amostragem, as famílias entrevistadas, não obtiveram essa conquista.

h) Famílias que recebem benefícios federais ou de entidades

Gráfico 11 – Número de famílias que recebem o Bolsa Família



Fonte: Dados Primários

Conforme mostra o Gráfico acima, 92% dos entrevistados recebem o benefício do Governo Federal, Bolsa Família, confirmando com isso, a vulnerabilidade social das famílias atendidas, decorrente da pobreza ou privação de bens materiais e políticas públicas sérias ao longo dos anos. Percebe-se com isso que o Governo Federal pressionado pelas consequências sociais de sua política econômica, busca cada vez mais instituir instrumentos compensatórios, atuando apenas sobre os efeitos e não sobre as causas geradoras da exclusão social.

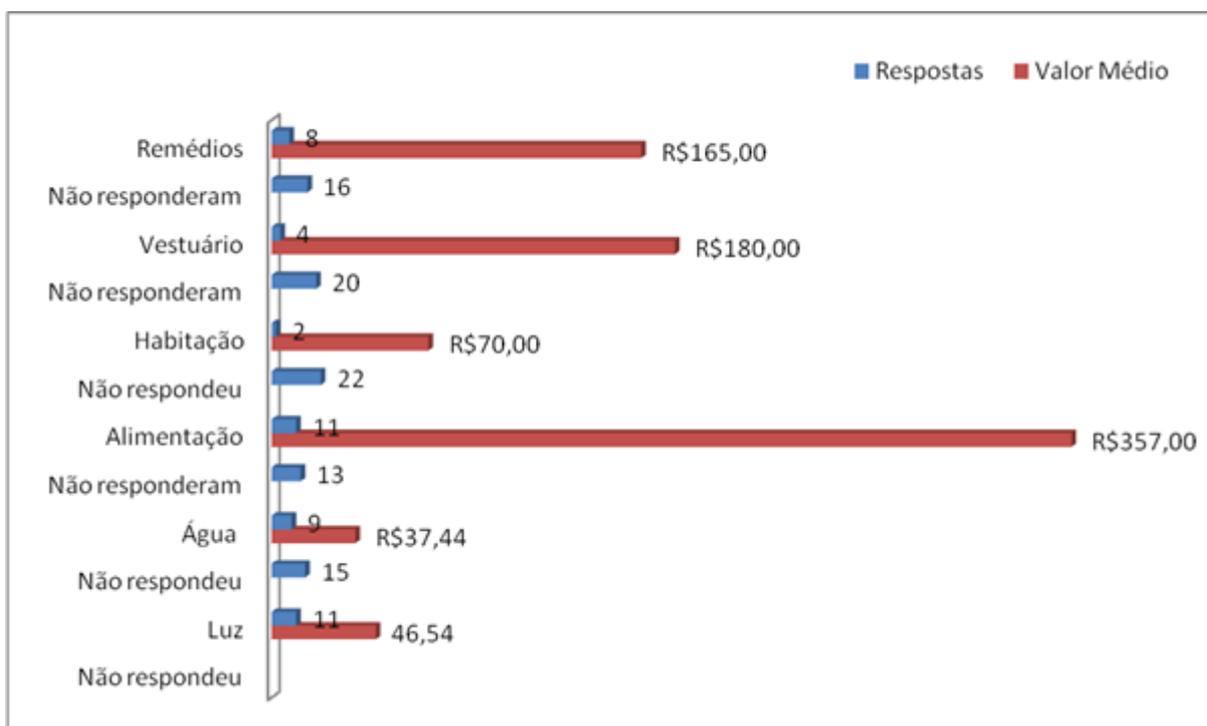
Wieczynski (2003) aborda a temática dizendo que “[...] os programas de renda mínima, atualmente, são políticas de caráter emergencial, não conseguindo retirar os seus beneficiários da situação de pobreza em que se encontram”.

Mesmo diante desta situação percebe-se que esse repasse é importante no sentido de atuar, diretamente, em um ciclo de pobreza, tirando muitas vezes, muitas famílias da situação de miséria, destaca-se apenas, que se deve somar a esse repasse de recursos ações de

capacitação profissional e políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida desta população, que a exemplo do Programa Emancipar – RS visa potencializar meios para que as famílias possam garantir, através de seus esforços, os mínimos meios para superação da vulnerabilidade social.

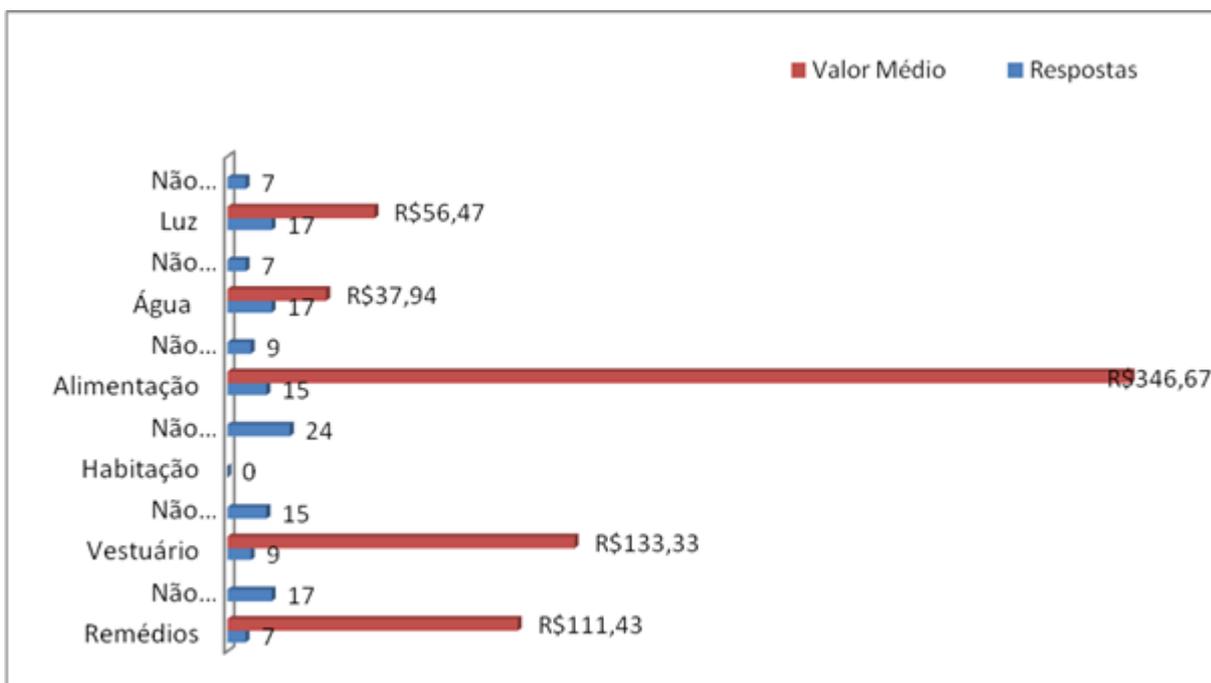
i) Despesas Mensais

Gráfico 12 – Despesas mensais do grupo familiar (2009)



Fonte: Dados Primários

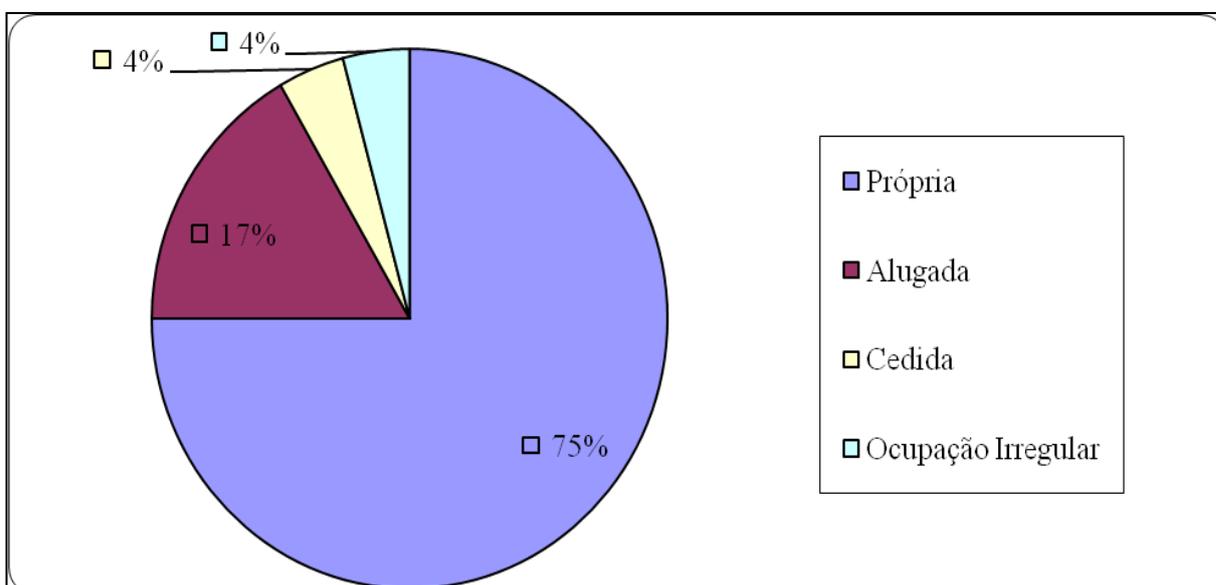
Os Gráficos 12 e 13 apresentam as despesas mensais das famílias entrevistadas, fazendo um comparativo entre os anos de 2009 e 2011. Um fator que chama a atenção e que pode ser considerado como relevante são os gastos com os medicamentos. Hoje, tanto o Bairro Frei Olimpio, como todo o Município de Três Passos, está coberto por ESF – Estratégia de Saúde da Família e muitos, dos medicamentos são ofertados pelo município e os que o município não possui, são encaminhados pelo Estado. Assim, como é direito do indivíduo a saúde pública, é seu direito os medicamentos, garantidos pela Constituição Federal de 1988, quando remete o direito à saúde de forma integral e igualitária.

Gráfico 13 – Despesas mensais do grupo familiar (2011)

Fonte: Dados Primários

4.3.2 Política de Habitação das famílias entrevistadas

j) Tipo de moradia

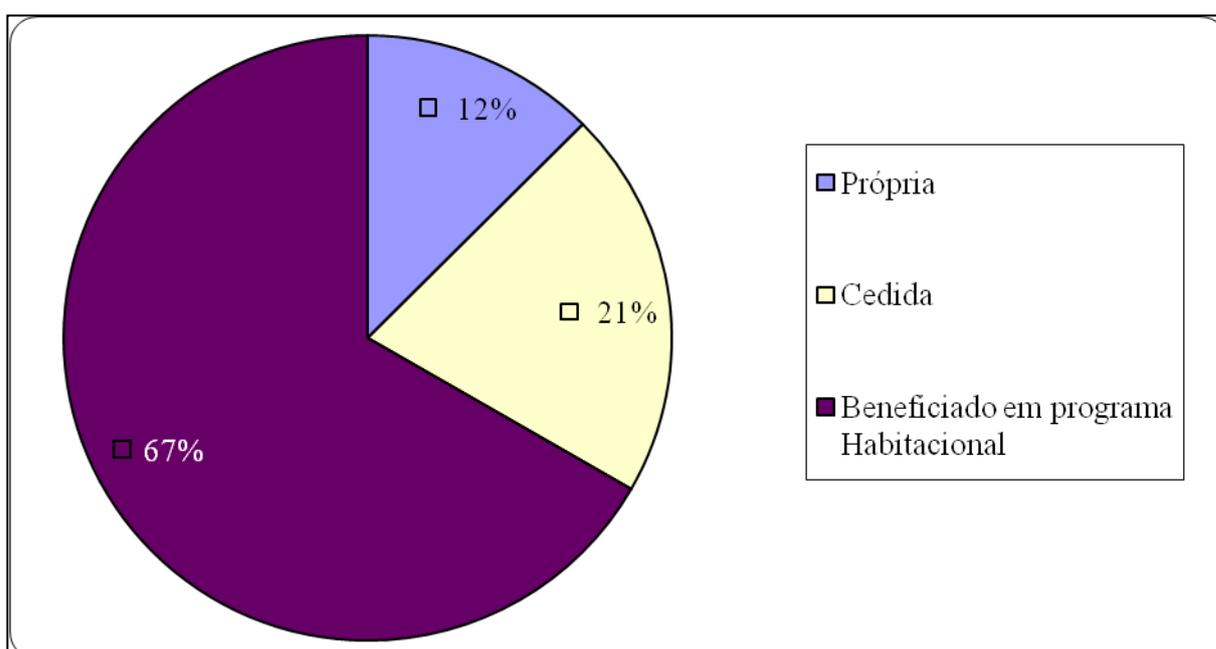
Gráfico 14 – Tipo de moradia (2009)

Fonte: Dados Primários

Quanto às questões de moradia, destacam-se, que das 24 famílias, 16 das entrevistadas foram beneficiadas em programa habitacional vinculado ao Programa Estruturante Emancipar – RS, e 8 famílias continuam com habitação em situação de precariedade e em área de risco ambiental.

Como mostra o Gráfico 14, em 2009, 75% das famílias possuíam casa própria, sendo que as mesmas estavam em condições precárias e em área de risco ambiental e 17% das casas eram alugadas, igualmente, em situação de precariedade e de risco.

Gráfico 15 – Tipo de moradia (2011)



Fonte: Dados Primários

No ano de 2011, 67% das famílias foram beneficiadas pelo Programa de Habitação, 12% continuam com a casa própria em condições precárias e em área de risco ambiental, sendo que 21% habitam casas cedidas, igualmente, em condições precárias e área de risco.

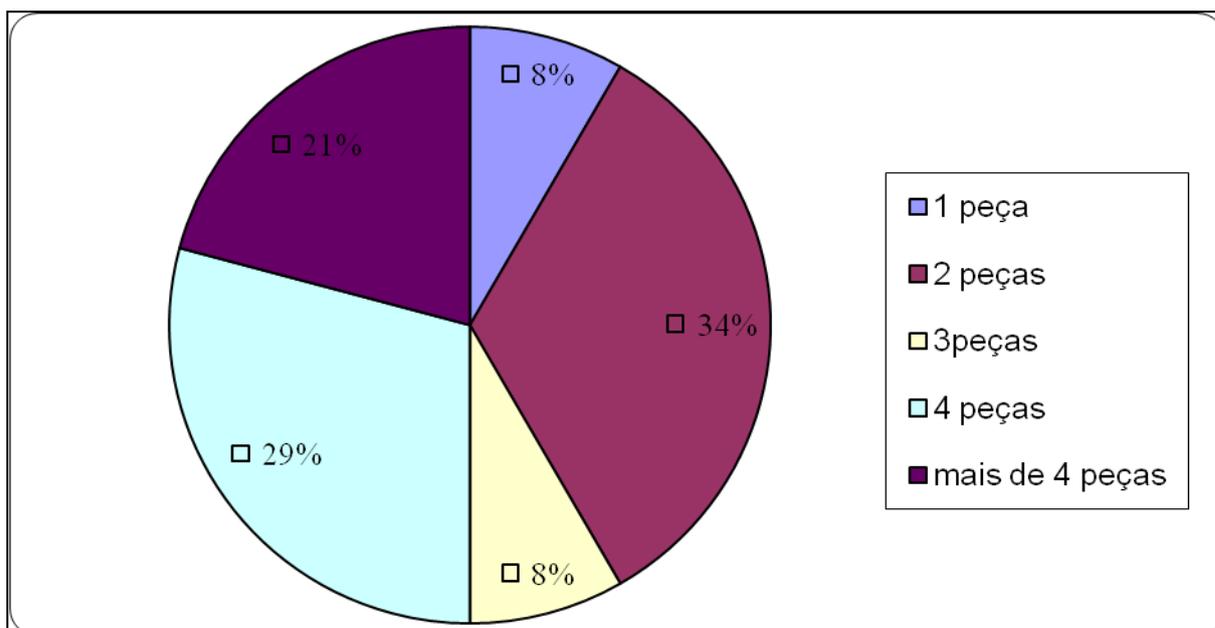
Com o Programa Estruturante Emancipar – RS percebe-se que, para as famílias contempladas com a casa própria, representa uma conquista, de certa forma, de materialização da emancipação, uma vez que deixaram de habitar locais de condições precárias e em áreas de risco ambiental, bem como a qualificação em atividades profissionais, viabilizadas pelas ações desenvolvidas no programa.

Conforme o texto citado por Ferrarini (2011), a superação emancipatória da pobreza requer o reconhecimento da dimensão estrutural e do caráter multidimensional da produção da pobreza. Para que isso aconteça são imprescindíveis políticas compensatórias para amenizar

as expressões da questão social. Superar a vulnerabilidade social vai muito além de proporcionar moradia digna.

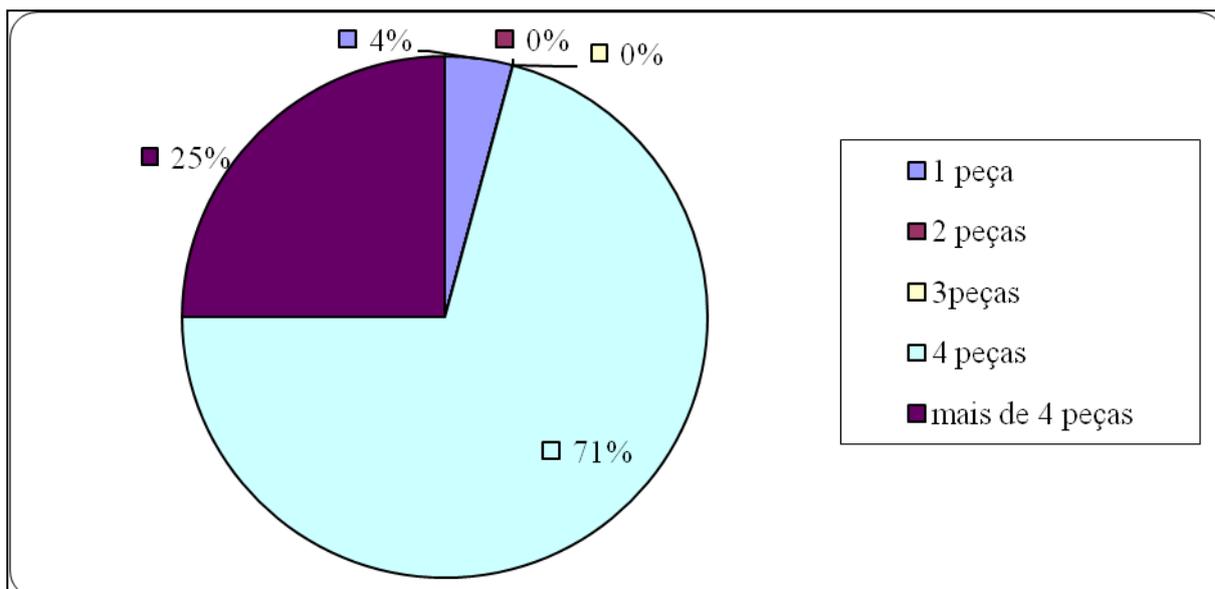
k) Número de cômodos

Gráfico 16 – Número de cômodos na casa (2009)



Fonte: Dados Primários

Gráfico 17 – Número de cômodos na casa (2011)

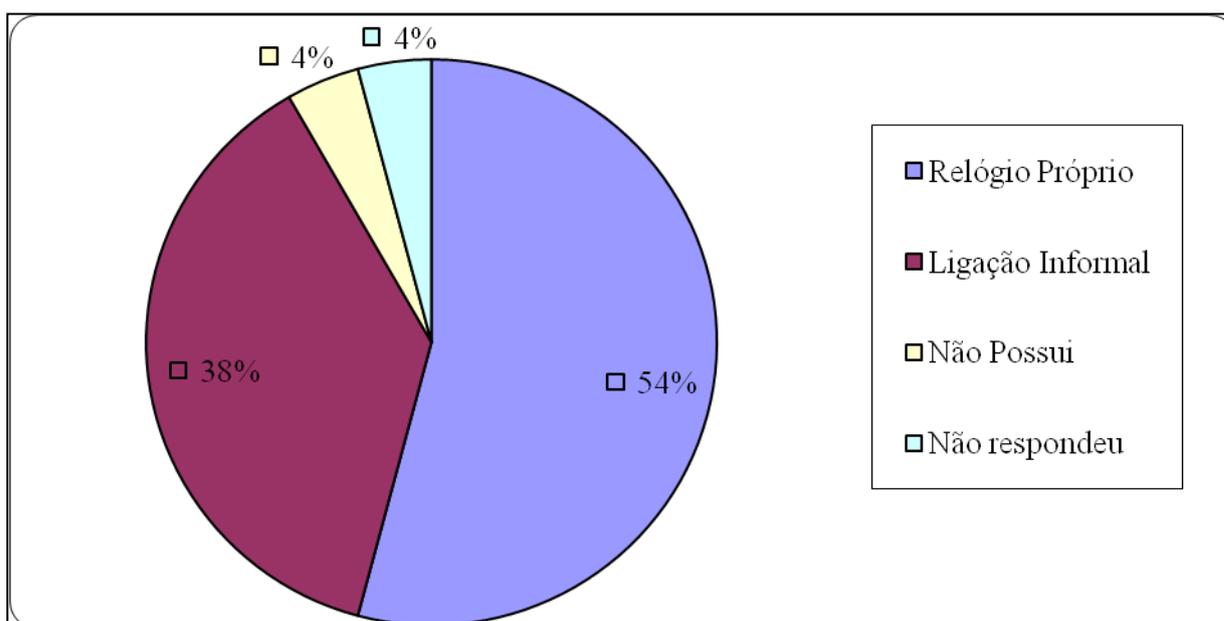


Fonte: Dados Primários

Percebe-se que, como mostram os Gráficos 16 e 17, houve uma considerável diferença na distribuição das acomodações das residências, ficando em 71% das famílias com 4 peças na casa, viabilizando melhor conforto e privacidade a seus ocupantes.

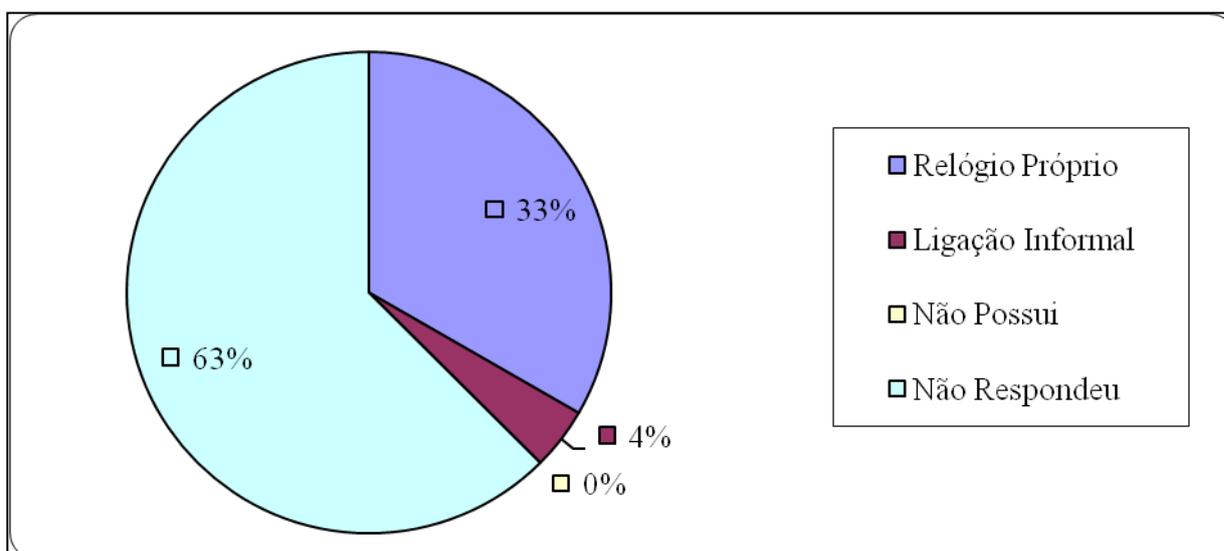
1) Abastecimento de luz elétrica

Gráfico 18 – Abastecimento de energia elétrica (2009)



Fonte: Dados Primários

Gráfico 19 – Abastecimento de energia elétrica (2011)



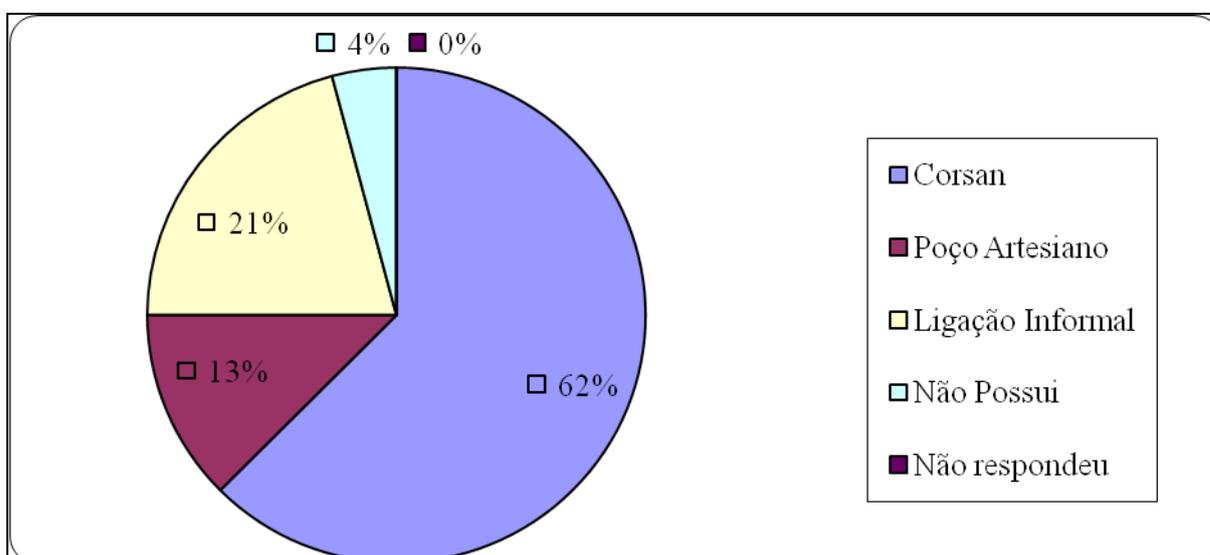
Fonte: Dados Primários

Como mostra o Gráfico 11, 63% dos entrevistados não responderam a essa pergunta. Sendo que 67% das famílias possuíam luz elétrica, ou seja, relógio próprio.

A hipótese em relação ao abastecimento de energia elétrica é de que as famílias não entenderam a pergunta do questionário, pois com o programa Estruturante Emancipar – RS, 67% das famílias foram contempladas com o abastecimento de energia elétrica. E 33% representam as famílias que continuam em situação irregular de habitação.

m) Abastecimento de água

Gráfico 20 – Abastecimento de água (2009)

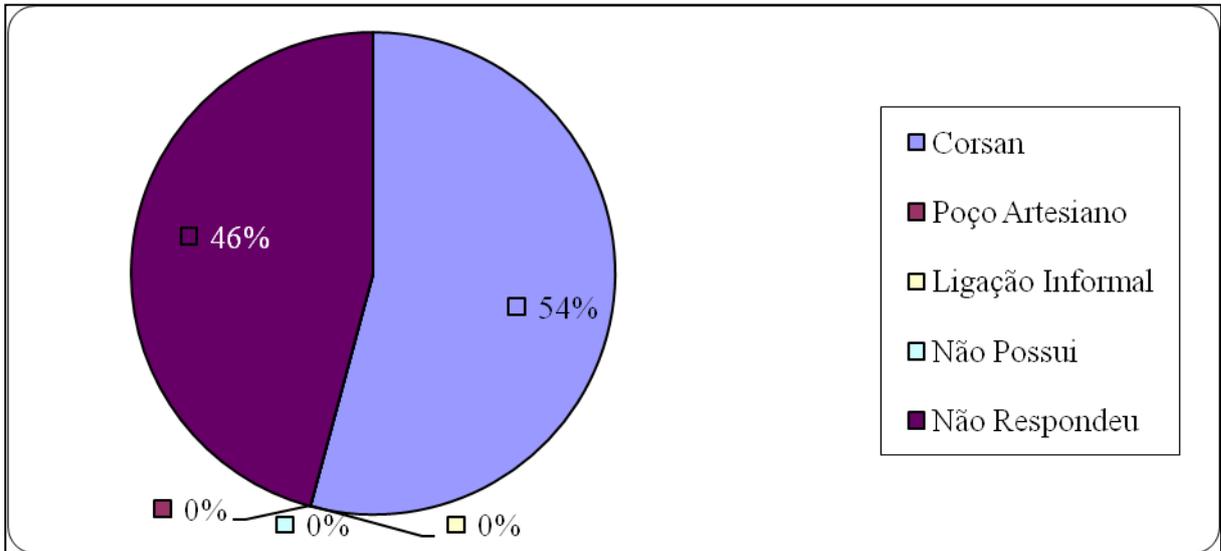


Fonte: Dados Primários

Os Gráficos 20 e 21 mostram que, de 62% das famílias abastecidas pela CORSAN em 2009, o número baixou para 54% em 2011. E, no Gráfico 21, 46% dos entrevistados não responderam a pergunta.

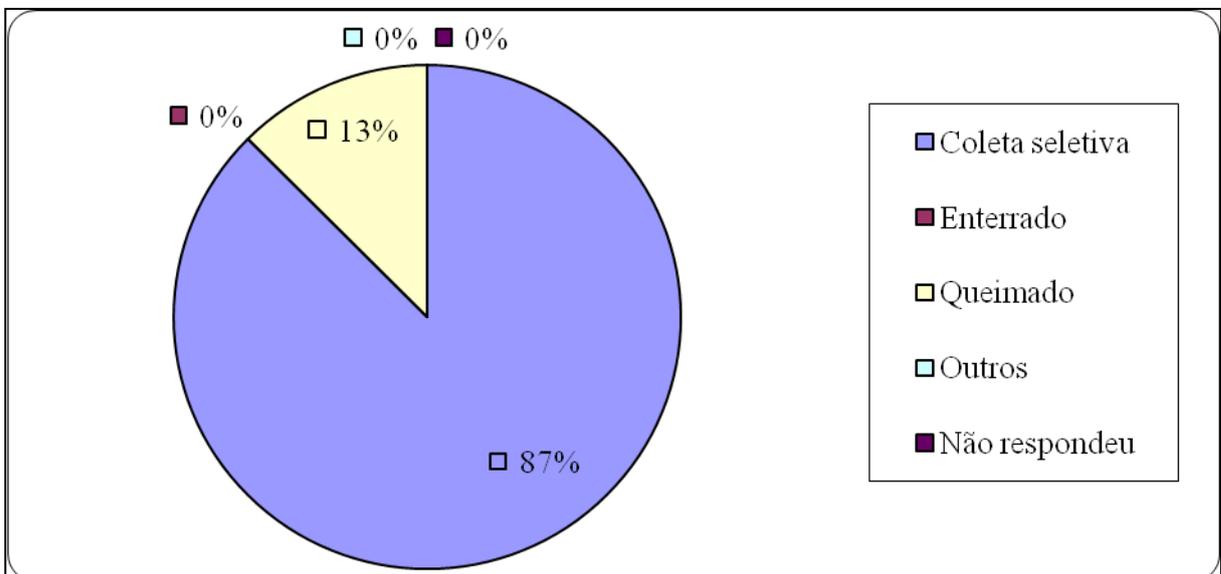
Assim, como aconteceu no questionamento da energia elétrica, a hipótese de falha para os Gráficos 20 e 21 esteja relacionada às famílias que não responderam às questões por falta de entendimento, pois 67% das famílias foram contempladas com a instalação da rede de água da CORSAN.

Ao não declararem as condições de abastecimento de energia elétrica e abastecimento de água em suas residências, impossibilita qualquer análise comparativa quanto à melhora destes serviços.

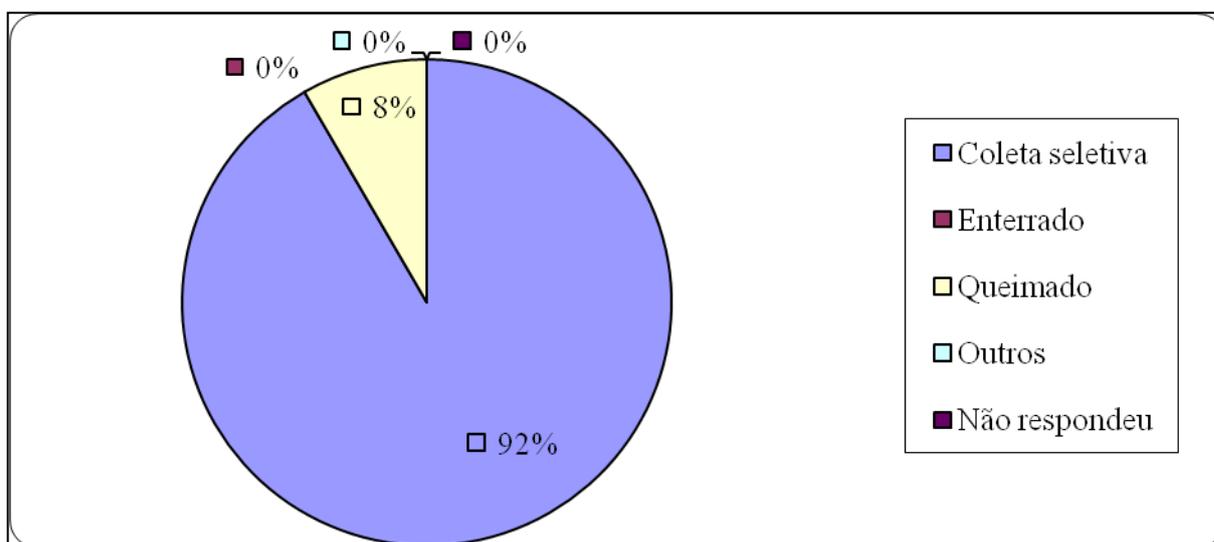
Gráfico 21 – Abastecimento de água (2011)

Fonte: Dados Primários

n) Coleta de lixo

Gráfico 22 – Destino do lixo (2009)

Fonte: Dados Primários

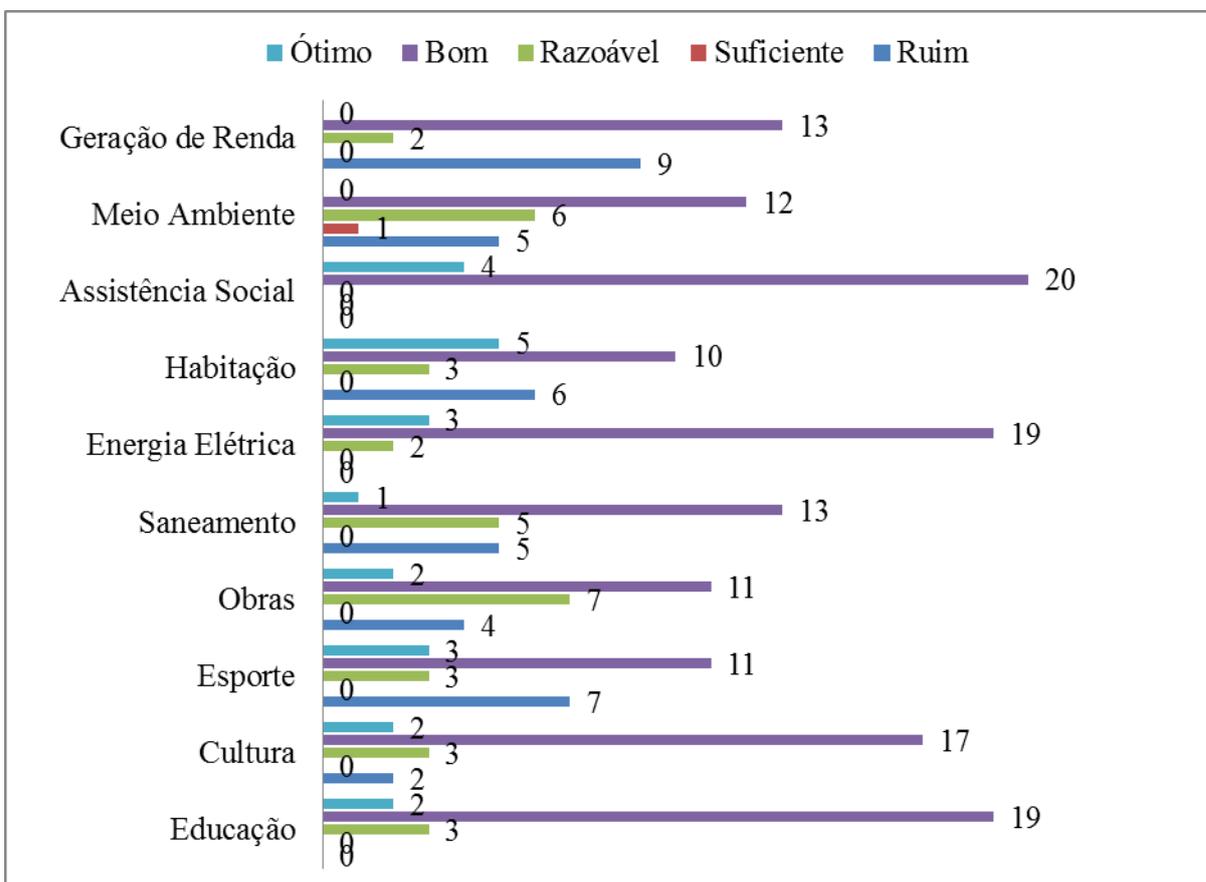
Gráfico 23 – Destino do lixo (2011)

Fonte: Dados Primários

Muito se fala nos meios de comunicação e campanhas informativas espalhadas em todo o município, sobre a importância para o meio ambiente da coleta seletiva do lixo. A diferença apontada na pesquisa ocorreu devido ao fato de que, na área mais baixa do Bairro Frei Olímpio, caminhões da coleta seletiva do lixo não conseguiam ter acesso, devido à declividade do solo e a geografia das ruas, que por serem estreitas e sem saídas, impossibilitavam as manobras de retorno dos mesmos, forçando com isso a população a levar o lixo seco até os pontos de coleta, geralmente, distante destas moradias, ocasionando em muitos lares a queima do lixo no fundo de pátios ou depósito na encosta de arroios e matas. Apesar disto, tanto no ano de 2009, como no ano de 2011, como mostram os Gráficos 22 e 23 essa coleta já era feita, tanto no Bairro Frei Olímpio, como no novo Bairro do Programa Estruturante Emancipar – RS.

4.3.3 Contribuição das políticas públicas

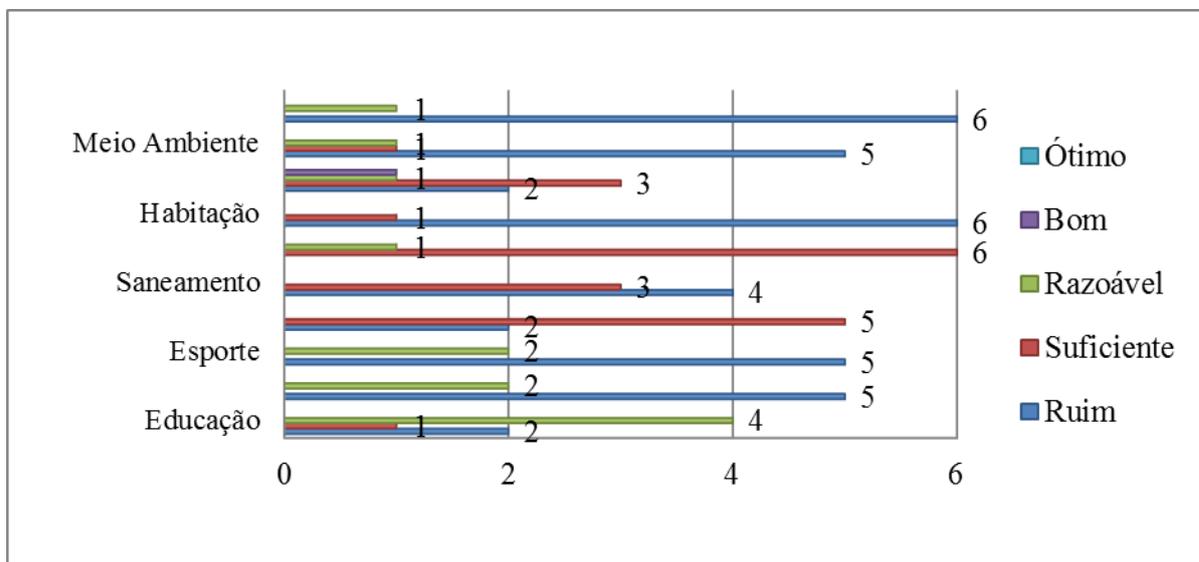
Comparando os serviços oferecidos em 2009 a 2011, a população destacou que a assistência social e educação são as políticas que tiveram maiores avanços no seu ponto de vista, conforme o ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 24 – Avaliação comparativa 2009 a 2011

Fonte: Dados Primários

Do ponto de vista dos gestores municipais, ao comparar as ações desenvolvidas na área no ano de 2011 em relação a 2009, percebe-se um significativo avanço nas diversas políticas públicas, destacando-se a Educação, Habitação e Assistência Social.

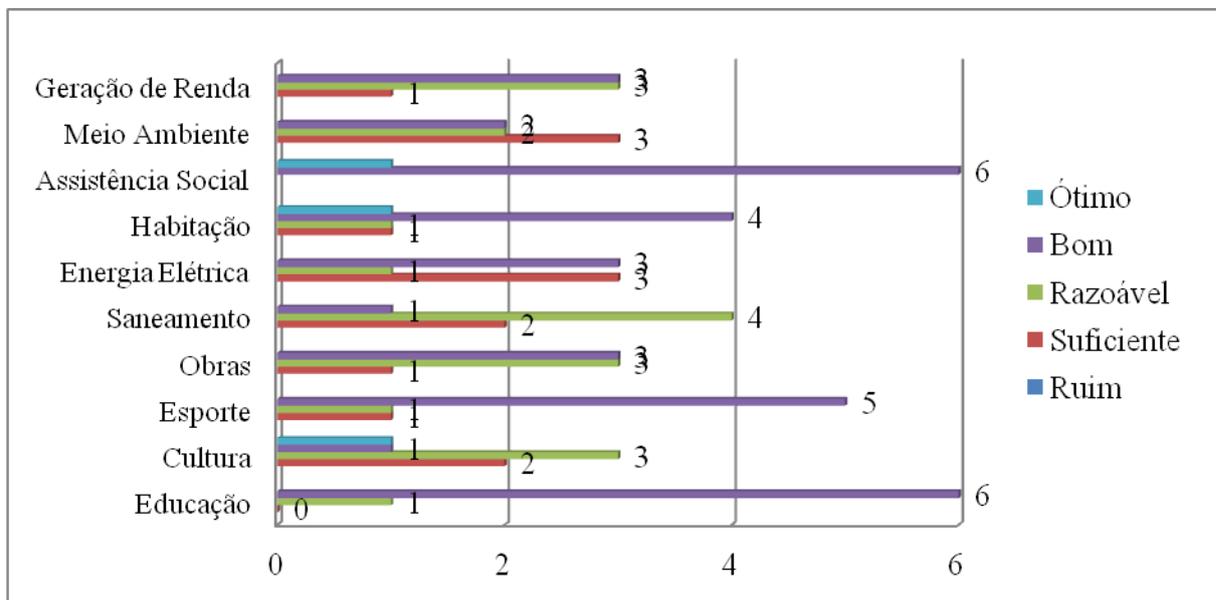
Uma das possíveis hipóteses pelo destaque, no Programa Emancipar – RS, das políticas de Assistência Social e da Educação, deve-se pelo fato, de ambas estarem mais envolvidas no Programa. A Assistência Social, enquanto política pública, assim como os técnicos da Secretaria, foram os que mais se envolveram no trabalho de emancipação das famílias.

Gráfico 25 – Avaliação das ações em 2009

Fonte: Dados Primários

Na análise dos dados aqui apresentados, percebe-se que a emancipação passa pela necessidade da intersectorialização das políticas públicas, bem como, a superação de uma cultura de exclusão social.

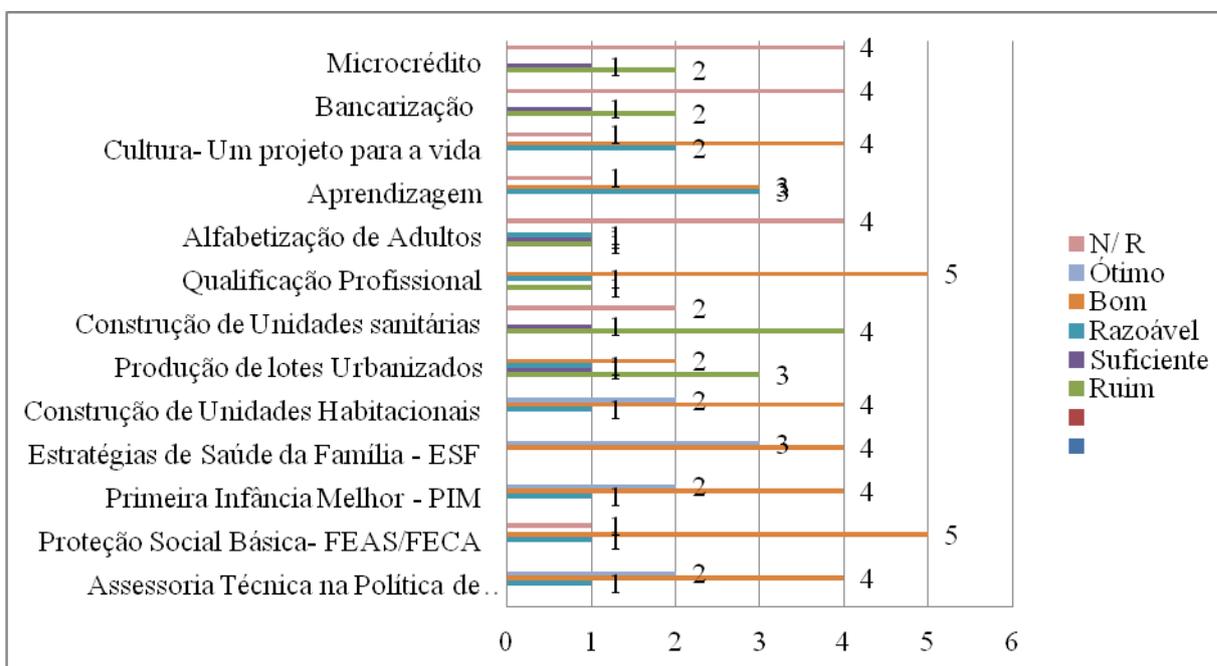
Dentre os fatores que influenciaram nos indicadores levantados durante a pesquisa, destaca-se ainda a necessidade da intersectorialização, possibilitando ações efetivas, eficientes e eficazes na busca e solução das demandas ali emergentes. Ações como geração de emprego e renda, passam não só pela qualificação profissional ou a posse da carteira de trabalho e documentos pessoais, mas, fundamentalmente, pelo esforço das indústrias e comércio em oferecer empregos com registro e remuneração digna a todos, além da superação do estigma criado ao longo dos anos, em relação à pobreza e à marginalidade.

Gráfico 26 – Avaliação das ações em 2011

Fonte: Dados Primários

Nos dados apresentados nos instrumentos de coletas de dados, destaca-se o grande número de questões não respondidas, além da visível discordância do ponto de vista dos beneficiários e o ponto de vista dos gestores públicos, a isso, supõem-se que a população em suas respostas demonstraram que, apesar de participarem das oficinas e palestras oferecidas (conforme listas de presenças arquivadas junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e fotografias em anexo), não conseguiram utilizar-se, plenamente, dos conhecimentos dispostos.

No ponto de vista dos gestores, estes levaram em consideração as ações desenvolvidas, não analisando seus resultados efetivos, por exemplo, o eixo Geração de Renda, que apesar da maioria dos gestores considerar ruim, pois poucos dos beneficiários garantiram emprego fixo com carteira assinada, no ponto de vista da população foi considerado bom, pois de posse destes conhecimentos, muitos puderam buscar fontes alternativas de renda, ou mesmo de economia doméstica, como foi o fato dos cursos de técnicas de cozinha e produção de material de limpeza.

Gráfico 27 – Avaliação das ações distribuídas em projetos

Fonte: Dados Primários

Quanto à opinião dos gestores, percebe-se o olhar crítico apontando as áreas onde devem ser fortalecidas as políticas públicas, além de destacarem os avanços nas áreas da Assistência Social e Educação, que apresentaram dados bastante expressivos, conforme acima demonstrados.

As demais ações não desenvolvidas, plenamente, atribuem-se ao fato de os gestores já terem contemplado em seu plano administrativo o investimento habitacional em área regularizada, sanando, assim, problemas sociais, bem como a habitação em área de risco ambiental.

O Programa Estruturante Emancipar – RS proporcionou ao município de Três Passos a contemplação do PAC II, direcionando a continuidade das ações de melhorias das questões de infraestrutura e habitação, contemplando as demais famílias que fizeram parte do Programa Estruturante Emancipar – RS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto neste trabalho de intervenção foi o de avaliar o impacto do Programa Estruturante Emancipar – RS, em 24 famílias, das 120, no Bairro Frei Olímpio, Município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, que participaram do programa no período de outubro de 2009 a abril de 2011.

Durante os dois anos que foram trabalhados com as famílias, houve uma preocupação em emancipá-las socialmente. Nesse sentido, percebeu-se ao longo do processo do Programa Estruturante Emancipar – RS que as famílias já melhoraram sua qualidade de vida pelo simples, mas relevante fato de terem saído de um local onde as condições de habitação eram precárias, irregulares e ofereciam riscos de vida às famílias.

Muitas das famílias entrevistadas não sofreram significativas alterações em suas vidas em relação renda/trabalho e qualificação/trabalho. Todo o processo de desenvolvimento de suas potencialidades durante esses dois anos e que ainda estão sendo feitos, poderão ter reflexos futuros e não num momento imediato.

Pode-se perceber, como mostra as estatísticas apontadas pelos gráficos apresentados neste trabalho, que o índice de desemprego aumentou desde 2009. Mas que também não se pode ter como parâmetro, simplesmente, o Programa e o trabalho desenvolvido com as famílias, pois sua participação nas ações relacionadas ao Programa e a expectativa de mudança ainda é maior e se manifestará a longo prazo, não somente na garantia de um trabalho remunerado, mas também na consciência de garantias de direitos e de cidadania ativa, o que se traduz, também, em exigências por maior participação política, pois, participação política não é apenas participação eleitoral, e, muitas vezes, pode até ser mais eficiente através da utilização de outros meios, tais como a organização e a mobilização popular.

Sabe-se que não se pode conseguir qualquer mudança profunda na sociedade se não houver, antes, a mudança dos costumes e na consciência de cada um, pois o indivíduo conscientizado não fica indiferente e não desanima perante os obstáculos. A participação é um compromisso de vida, exigida como um direito e procurada como uma necessidade. Essa mensagem foi, constantemente, passada aos beneficiados pelo Programa e o que se percebe,

nos dias atuais, é um aumento relevante na participação e compromisso das famílias com a sociedade, com o seu local de moradia e com a sua vida.

Ainda analisando o grupo familiar dos envolvidos, verificou-se que o número de famílias segue os padrões nacionais das últimas décadas em relação ao número de filhos, o que pode estar relacionado às políticas públicas sociais e de saúde oferecidas, uma vez que neste bairro 100% das famílias são acompanhadas através da equipe de Estratégia da Saúde da Família com enfoque no trabalho da prevenção, sendo uma delas, o Programa de Planejamento Familiar, com acesso garantido aos métodos de contracepção.

O levantamento de dados deste estudo identificou que 92% das famílias envolvidas recebem o benefício do Governo Federal, o Bolsa Família, o que caracteriza a situação de vulnerabilidade social, uma vez que o critério de elegibilidade do programa esteve centrado na renda familiar, ou seja: só recebem o benefício às famílias com renda per capita de até R\$140,00 (cento e quarenta reais) mensais.

Através da participação das famílias nas ações do Programa Estruturante Emancipar – RS percebeu-se, claramente, que mesmo em condições “precárias de infraestrutura habitacional”, prevalecia o desejo de permanecer na área. Este comportamento, possivelmente, esteja relacionado aos vínculos intra-familiares que se construíram ao longo do tempo, pois muitos nasceram, cresceram e constituíram novas famílias nesse contexto, assim, como cultura própria deste local de pertencimento. No entanto, com o trabalho desenvolvido, as famílias foram percebendo os riscos ambientais, principalmente, os relacionados à declividade acentuada do relevo. Com isso, entenderam a necessidade da remoção por estarem em área de preservação permanente, aderindo assim aos programas relacionados a políticas públicas de habitação e preservação ambiental, comprovando assim a capacidade para mudanças.

Além disso, as diversas ações desenvolvidas pelo Programa Estruturante Emancipar – RS proporcionaram às famílias a co-autoria no processo de transformação social. Isto pode ser atribuído pelo envolvimento efetivo dos técnicos a nível municipal e estadual com os envolvidos, desde o momento da elaboração da proposta com entendimento de que habitação não é ter somente uma casa para morar, mas ter acesso à moradia adequada com as condições de subsistência e acesso a serviços públicos de qualidade.

Neste estudo, percebe-se, nitidamente, que esta capacidade de transformação familiar é possível, mediante a implantação de políticas públicas intersetoriais, inter e multi disciplinares, a partir de gestores e técnicos sensibilizados e capazes de interagir com o contexto das famílias em situação de vulnerabilidade social.

A oportunidade deste estudo e da convivência técnica com os envolvidos ao longo do tempo proporcionou-me clareza em relação às famílias: elas não escolhem “morar” em áreas de risco, assim como não se tornam, socialmente, vulneráveis por desejo, mas por não poder lançar mão de alternativa de habitação. Para que consigam sair da situação de exclusão é necessário construir políticas públicas, a partir de cada realidade e para elas. Para tanto, também, é necessário efetivar vínculos corresponsáveis capazes de construir, coletivamente, os caminhos da cidadania e consciência ambiental. As políticas públicas devem garantir em todo o processo a co-responsabilidade entre autores sociais, a intersetorialidade, a inter e multi disciplinariedade como forma de consagrar uma cidadania capaz de proporcionar a emancipação.

O Programa Estruturante Emancipar – RS possibilitou o reassentamento de 50 famílias a partir de uma política de proteção social, visando a territorialização, a intersetorialidade e a participação dos envolvidos, proporcionando-lhes habitação em área regularizada, qualificação educacional e profissional, o crédito e o empreendedorismo. No entanto, a infraestrutura pública de lazer, de convívio e acessibilidade não foram contempladas pelo programa.

Além disso, as famílias reassentadas manifestam certa dificuldade em relação ao sentimento de pertencimento, pois ainda “se sentem moradoras do Bairro Frei Olimpio”. Assim como a educação patrimonial necessita ser trabalhada, uma vez que, muitas delas não dão a devida importância ao cuidado de seu patrimônio, de equipamentos públicos e o de uso coletivo.

Para tanto, é necessário que o poder público não se retire após a intervenção física, mas continue com acompanhamento sistemático em favor da cidadania.

O Programa Estruturante Emancipar – RS habilitou o Município ao PAC II, que é um programa de urbanização, regularização, e integração de assentamentos precários, proporcionando às demais famílias a regularização de sua habitação, efetivamente, acompanhado por técnicos específicos exclusivos para o desenvolvimento do trabalho social, ambiental e de infraestrutura, dando continuidade a uma política inclusiva e cidadã, com maior envolvimento e comprometimento dos autores sociais.

Eu, como coordenadora desse programa, do início ao fim de sua aplicabilidade, entrei em conflito entre dois sentimentos: alegria em ver que através de políticas públicas direcionadas à população mais carente podem ventilar novas e melhores perspectivas de vida; no entanto, essa alegria se chocava com atitudes de descaso por parte de algumas famílias que seriam beneficiadas pelo programa. Percebia o desinteresse por parte delas, sendo que

algumas famílias participavam dos cursos por obrigação para conseguir a casa. Muitas vezes, nada que fazia, motivava-as a aprender algo novo, para tentar abrir novos caminhos profissionais que ampliassem seus horizontes, visualizando uma vida melhor. Em algumas ocasiões, para que as oficinas tivessem êxito e com o número determinado de participantes, fui em busca de famílias residentes em outros bairros. Esse sentimento de impotência, de certa forma, era dissipado com a participação, interesse e vontade de mudar de situação de vulnerabilidade e risco social das demais famílias.

Por ter sido um programa realizado por diferentes setores, o comprometimento na realização das ações não foi igual. Com esse procedimento, o setor da assistência social ficou sobrecarregado de funções, mas essa transferência dos demais setores não ocasionou um desenvolvimento relapso da Assistência Social, tampouco de minha parte e que viesse comprometer a aplicabilidade do programa.

Mudar o pensamento e postura de uma parcela da população não é tarefa fácil e, também, não ocorre em um curto espaço de tempo. Muitas coisas deverão ser feitas para dar continuidade a esse primeiro passo dado – o imprescindível à condição humana - ter um lar decente e seguro para morar. O poder público não pode esquecer dessas famílias, deve olhá-las, constantemente, promovendo ações contínuas para que essa mudança realmente aconteça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, E. L. G. **Qualificação Profissional: Uma Proposta Política Pública**. IPEA, 1995. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_376.pdf> Acesso em: 01 out. 2011.

AMORIM, M. S. S. **Cidadania e Participação Democrática**. Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Santa Catarina: UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/maria_amorim.pdf> Acesso: em 10 out. 2011.

ANDOLFI, Maurizio. **O Trabalho Com Famílias Em Situação de Vulnerabilidade**. Disponível em: <http://www.itfsp.org.br>. Acesso em 09 de fevereiro de 2012.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade. FAPESP, 1998.

BRASIL. Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social. **Manual do Articulador**. Porto Alegre, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

COUTO, Berenice. YASBEK, Maria C. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: Uma Realidade em Movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

DORNELES, Denise. (org). **Cartilha Políticas Sociais**. Publicações do Curso de Serviço Social. Ano I nº I. Junho, 2000.

FERRARINI, A. V. **Superação da Pobreza: o Desenvolvimento Local como Estratégia na Busca da Sustentabilidade**. Net. Ecosol: [SI]. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt/ADRIANE%20POBREZA.pdf>> Acesso em 30 out. 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem terra, ONGs e cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

HADDAD, Fernando. **Problema é Concentrado no Meio Rural**. Folha de São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.brasilquele.com.br/noticia_show.php?noticia=6627> Acesso em 01 nov. 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Loyola, 2005.

HISRICH, R. D; PETERS, M. P. **Empreendedorismo**. Porto Alegre. Bookman, 2004.

HUSSEY, Roger. COLLIS, Jill. **Pesquisa em Administração**. 2ª Ed.. Porto Alegre: Bookmann, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sobe o nível de instrução da população, cai o analfabetismo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/educacao/nivelinstrucao.html>> Acessado em: 05 de fevereiro de 2012.

JACCOUD, Luciana. **Proteção Social no Brasil: debates e desafios**. Brasília: IPEA, 2007.

KOGA, Dirce. **As medidas da cidade**. São Paulo: Cortez, 2006.

LAKATOS, Eva Maria. & Marconi Marina. **Metodologia do Trabalho Científico**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARQUES, P. L. A. **Trabalho Emancipado**. Porto Alegre: UFRG, 2006.

MINAYIO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social**. 18ª ed. Petropolis-RJ: Vozes 1994.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2010.

NERI, Marcelo Cortes. **Perfil das Mães Brasileiras**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2005. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/CD_Maes/Apresentacao/MAE_texto_FIM_versaocurtaFINAL_link.pdf> acesso em: 01/02/2012.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo social no Brasil: Atual Configuração e Desafio – Notas Introdutórias**. Unioeste: 2004. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/art_cie/art_15.pdf> acesso em: 03 nov. 2011.

POMBO, Adriane Alvarenga da Rocha. **O que é ser Empreendedor**. Sebrae: 2003. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/A2EEEAD6407D759003256D520059B1F8/\\$File/230_1_arquivo_seremp.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/A2EEEAD6407D759003256D520059B1F8/$File/230_1_arquivo_seremp.pdf)> acesso em: 02 nov. 2011.

RODRIGO, Jonas. **Estudo de Caso: Fundamentação Teórica**. Vestcon: Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.vestcon.com.br/ft/3116.pdf>> acesso em 02 nov. 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SOARES, José Arlindo; GONDIM, Linda. **Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local**. In: SOARES, José Arlindo & BAVA, Silvio Caccia (orgs.). Os desafios da gestão municipal democrática. São Paulo: Cortez, 1998, pp. 61-96.

SZYMANSKI, Heloisa. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo**: In Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XXIII, nº 71. São Paulo: Cortez, 2002, p. 9-25.

YAN, Robert. **Estudo de caso: Planejamento e Método**. (SI) Disponível em: <<http://soniaa.arq.prof.ufsc.br/arg1001metodologiacinetificaaplicada/met2008/yin.pdf>> Acesso em 10 nov. 2011.

WIECZYNSKI, Marineide M. **O significado da ocupação pós-aposentadoria nas organizações sociais.** (Dissertação de mestrado). Florianópolis: UFSC, junho 2003.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante,

Sou aluna do Curso de Especialização em Gestão Municipal/EAD, da Escola de Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e estou realizando uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo objetivo principal centrou-se em analisar o Programa Emancipar – RS, no Município de Três Passos – RS.

A sua participação envolve o preenchimento de um questionário, onde o resultado da pesquisa terá contribuído para a compreensão do impacto que o Programa Emancipar, teve na vida de cada um. A participação neste estudo é voluntária.

Os resultados deste estudo serão publicados, mas seu nome não aparecerá e será mantido o mais rigoroso sigilo, através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo. Apesar de que você não terá benefícios diretos em decorrência de sua participação, o provável benefício que lhe advirá por ter tomado parte nesta pesquisa e a consciência de ter contribuído para a compreensão do impacto do fenômeno estudado e para produção de conhecimento científico. Se você tiver qualquer pergunta em relação à pesquisa, por favor, telefone para 55-35228667 ou 55-99276813, falar com Magali Cristina Reis. Desde já, agradecemos sua contribuição no estudo proposto.

Contatos com a coordenação do Curso (51) 33083725.

Atenciosamente,

Cursista _____

Assinatura

Local e data

Consinto em participar deste estudo

Entrevistado _____

Assinatura

Local e data

ANEXO B – FORMULÁRIO DE PESQUISA

I - IDENTIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS SUJEITOS PESQUISADOS

Condição do entrevistado em relação à família (Gênero)?

Feminino Masculino

Qual a sua idade?

30 a 40 anos 41 a 60 anos acima de 60 anos

Grau de escolaridade?

analfabeto 2º grau incompleto
 1ª a 4ª série 2º grau completo
 5ª a 8ª série 3º grau

Qual a profissão antes do programa? (utilizar como parâmetro 2009)

Aposentado do lar desempregado
 catador de material reciclável diarista emprego fixo
 Autônomo outros: Especifique: _____

Qual a profissão após o programa (utilizar como parâmetro 2011)?

Aposentado do lar desempregado
 catador de material reciclável diarista emprego fixo
 Autônomo outros: Especifique: _____

Estado civil atual:

solteiro casado viúvo divorciado
 separado União estável outros: Especifique _____

Quantas pessoas compõem o grupo familiar?

1 pessoa 2 a 5 pessoas
 6 a 9 pessoas 10 pessoas ou acima.

Renda do grupo familiar antes do início do programa (referência 2009)?

Até meio salário mínimo de meio até um salário mínimo
 de 1 até 2 salários mínimos de 2 até 3 salários mínimos
 acima de 3 salários mínimos

Renda do grupo familiar após o programa (referência 2011)?

Até meio salário mínimo de meio até um salário mínimo
 de 1 até 2 salários mínimos de 2 até 3 salários mínimos
 acima de 3 salários mínimos

A sua família recebe algum tipo de benefício Federal ou de entidades?

sim valor: R\$ _____ Quais? _____
 não (vá p/ questão __)

Se a resposta for não, sua família já recebeu algum tipo de benefício Federal ou de entidade?

Sim Não

Despesas mensais da família antes do início do programa (referência 2009)?

Saúde/remédios R\$ _____ Habitação R\$ _____ Alimentação R\$ _____
 Vestuário R\$ _____ Água R\$ _____ Luz R\$ _____
 Não sabe Não respondeu

Despesas mensais da família após o programa (referência 2011)?

Saúde/remédios R\$ _____ Habitação R\$ _____ Alimentação R\$ _____
 Vestuário R\$ _____ Água R\$ _____ Luz R\$ _____
 Não sabe Não respondeu

II - A POLÍTICA DE HABITAÇÃO POPULAR SE CONSTITUI UMA ESTRATÉGIA PARA EMANCIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS DO PROGRAMA

A moradia, antes do programa era (referência 2009):

Própria Ocupação irregular;
 Alugada Cedida

A moradia, após o programa é (referência 2011):

Beneficiado em programa habitacional; Própria
 Ocupação irregular; Alugada
 Cedida

Quantos cômodos/peças tinham na sua moradia (referência 2009)?

uma peça duas peças três peças
 quatro peças mais do que quatro peças

E hoje, quantos cômodos/peças possui sua moradia?

uma peça duas peças três peças
 quatro peças mais do que quatro peças

Em sua antiga moradia possuía:

Energia elétrica: sim não
 com relógio próprio ligação Informal

Abastecimento de água: sim não

Através de: Corsan poço artesiano ligação informal

Destino do lixo:

Coleta seletiva Queimada enterrado
 Outros: _____

Sua moradia atual possui:

Energia elétrica: sim não
 com relógio próprio ligação Informal

Abastecimento de água: () sim () não

Através de: () Corsan () poço artesiano () ligação informal

Destino do lixo:

() Coleta seletiva () Queimada () enterrado

() Outros: _____

III – AS POLÍTICAS PÚBLICAS CARACTERIZAM-SE COMO UMA ESTRATÉGIA PARA EMANCIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS DO PROGRAMA EMANCIPAR – RS

Como você avalia as questões relacionadas ao Bairro Frei Olímpio, tendo como referência o ano de 2009 a 2011?

Área	Ruim	Suficiente	Razoável	Bom	Ótimo*
Educação					
Cultura					
Esportes e lazer					
Obras e Infraestrutura					
Saneamento					
Fornecimento de Energia elétrica					
Habitação					
Assistência Social					
Saneamento					
Meio Ambiente					
Geração de emprego e renda					

Ruim=00 Suficiente=25 Razoável=50 Bom=75 Ótimo=100*

ANEXO C – FORMULÁRIO DE PESQUISA PARA OS GESTORES MUNICIPAIS

Como você avalia as questões relacionadas ao Bairro Frei Olímpio tendo como referência o ano de 2009?

Área	Ruim	Suficiente	Razoável	Bom	Ótimo*
Educação					
Cultura					
Esportes e lazer					
Obras e Infraestrutura					
Saneamento					
Fornecimento de Energia elétrica					
Habitação					
Assistência Social					
Saneamento					
Meio Ambiente					
Geração de emprego e renda					

Ruim=00 Suficiente=25 Razoável=50 Bom=75 Ótimo=100*

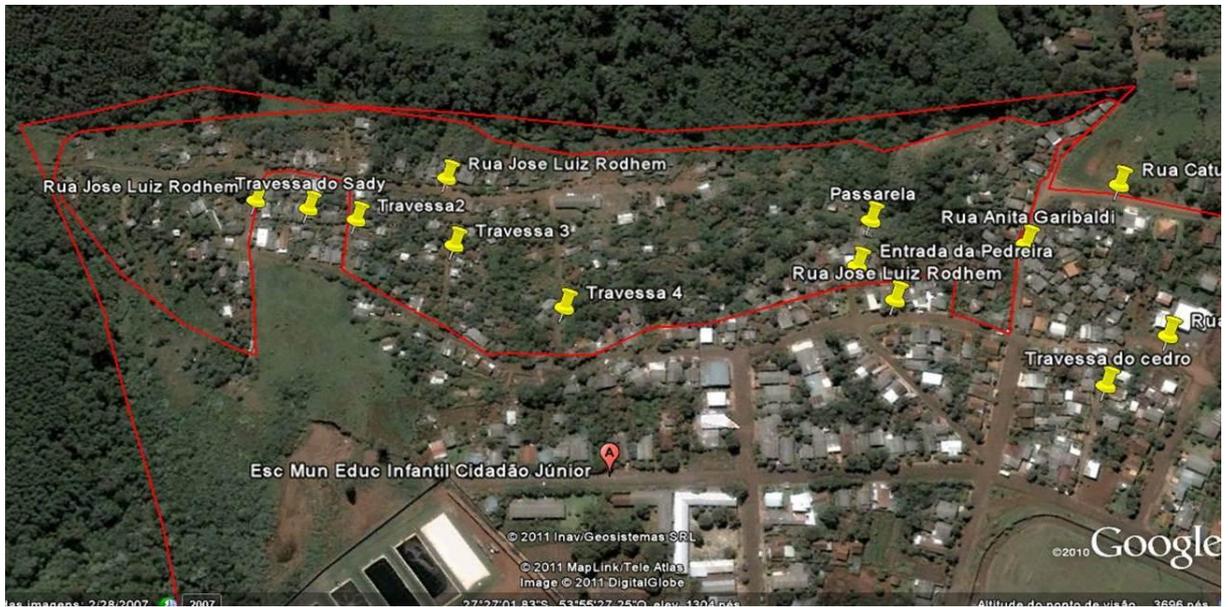
Como você avalia os resultados do programa EMANCIPAR – RS, executado junto à comunidade do Bairro Frei Olímpio, considerando as seguintes áreas, tendo como referência o ano de 2011?

Área	Ruim	Suficiente	Razoável	Bom	Ótimo*
Educação					
Cultura					
Esportes e lazer					
Obras e Infraestrutura					
Saneamento					
Fornecimento de Energia elétrica					
Habitação					
Assistência Social					
Saneamento					
Meio Ambiente					
Geração de emprego e renda					

Considerando que o programa Emancipar – RS possui como parte da estratégia de atuação, a execução de ações integradas de forma intersetorial e direcionadas para a comunidade alvo do Programa. Como você avalia estas ações classificadas em projetos e distribuídas da seguinte forma?

Projetos	Ações	Ruim	Suficiente	Razoável	Bom	Ótimo
Proteção Social	Assessoria técnica na política de assistência social					
	Proteção social básica – feas/feca					
	Primeira infância melhor – PIM					
	Estratégia de saúde da família – ESFS.					
Habitação Popular	Construção de unidades habitacionais					
	Produção de lotes urbanizados					
	Construção de módulos sanitários					
Qualificação Profissional e Educacional	Qualificação profissional					
	Alfabetização de adultos					
	Aprendizagem					
Valorização das Pessoas	Cultura – um projeto para a vida					
Crédito e Empreendedorismo	Bancarização					
	Microcrédito					

ANEXO D – IMAGEM AÉREA DO BAIRRO FREI OLÍMPIO



Fonte: Google Earth

ANEXO E – FOTOS DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

- Antigas Casas dos Moradores Contemplados no Projeto Estruturante Emancipar – RS



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

- Curso de Puf's:



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

- Curso Técnico de Garçon e Garçonete



Fonte:Secretaria Municipal de Assistência Social

- Curso de Instalador Hidráulico



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

- Curso de Boas Práticas na Cozinha



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

- Curso de Técnicas de Cozinha



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

- Construtor de Pequenas Obras de Alvenaria



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

- Palestras e Oficinas Diversas



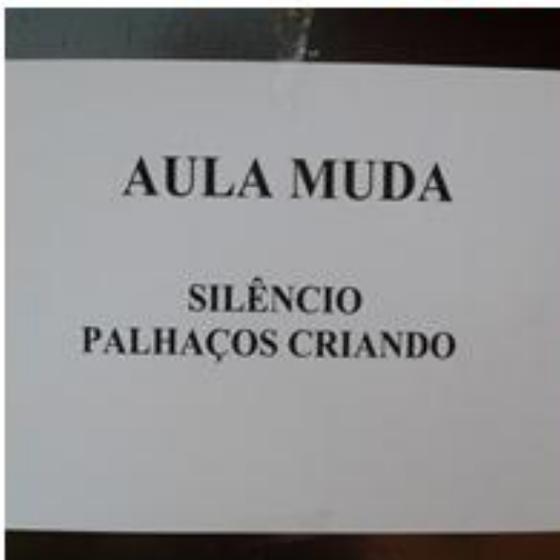
Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

- Grupo de Convivência da Terceira Idade e Grupo de Mulheres



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

- Oficina Circense



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

- Cozinha Comunitária



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

- Reuniões com a FGTAS e SINE e Confeção de Carteiras de Identidade



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

- Momentos Culturais



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

- Novas Casas do Programa Estruturante Emancipar – RS



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social